



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

JOCÉLIO DE BARROS LIMA

**O PAPEL DA INCLUSÃO SOCIAL E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO:
A EJA NA EMEF “FRANCISCO MARQUES DA FONSECA” - SANTA RITA - PB**

**GUARABIRA-PB
2014**

JOCÉLIO DE BARROS LIMA

**O PAPEL DA INCLUSÃOSOCIAL E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO:
A EJA NA EMEF “FRANCISCO MARQUES DA FONSECA” - SANTA RITA - PB**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador:

Prof. Dr. Luciano Nascimento Silva

**GUARABIRA-PB
2014**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

L732p Lima, Jocélio de Barros

O papel da inclusão social e das políticas públicas de educação: a EJA na EMEF “Francisco Marques da Fonseca” - Santa Rita – PB / Jocélio de Barros Lima. – Guarabira: UEPB, 2014.

57 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Dr. Luciano Nascimento Silva.”

1. Ensino Profissionalizante 2. Políticas Públicas 3. Inclusão Social. I. Título.

22.ed. CDD 320.6

**O PAPEL DA INCLUSÃO SOCIAL E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO:
A EJA NA EMEF "FRANCISCO MARQUES DA FONSECA" – SANTA RITA - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

**HABILITAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

Aprovada em: 26 de abril de 2014.

BANCA EXAMINADORA.



Prof. Dr. Luciano Nascimento Silva. UEPB/UFPB/CH/DCJ.

Doutor em Direito pela USP - Presidente - Orientador.



Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto. UEPB/CH/DG.

Doutor em Sociologia pela UFPB - 1º Examinador (a) - Membro da Banca.



Prof. Dr. Juarez Nogueira Lins. UEPB/CH/DL.

Doutor em Letras pela UFRN - 2º Examinador (a) - Membro da Banca.

DEDICATÓRIA

“In particular” a Deus sobre todas as coisas e a Jesus Cristo por me abençoar e ter como pais “José de Oliveira Lima e Maria das Graças de Barros Lima” pelos seus ensinamentos.

A minha noiva e companheira de todos os momentos da vida, Nayara Barbosa da Rocha, que me trouxe bastantes alegrias. Não tenho como esquecer o carinho e o amor por ela me dado, obrigado a Deus por tê-la como mulher de minha vida e no coração para sempre.

Aos meus irmãos – Joelma, Josandro, e Lucinaldo. Pelo carinho inestimável que nos une.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Luciano Nascimento Silva, que me acolheu em sua humilde sapiência e por sinal raro de se encontrar nos dias de hoje, e que proporcionou várias observações essenciais no Trabalho de Conclusão de Curso.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus sobre todas as coisas, pela vida concedida.

Ao Senhor Jesus Cristo por estar sempre presente em minha vida.

Aos meus honrados pais, pelo amor a mim dedicado, pela minha educação e pelo incentivo ao meu desenvolvimento intelectual.

A minha noiva “*in particulari*”, Nayara Barbosa da Rocha, pelo amor a mim dedicado a todo instante de minha vida.

A Universidade Estadual da Paraíba, pela oportunidade acadêmica na Pós-Graduação.

Ao meu orientador, o Prof. Dr. Luciano Nascimento Silva, pelos ensinamentos, sugestões, críticas, direcionamentos, paciência e dedicação que em muito contribuíram na obtenção do Trabalho de Conclusão de Curso ou Monografia.

Aos demais professores da Pós-Graduação que me orientaram como aluno acadêmico da instituição no decorrer das disciplinas do curso, meu agradecimento e afeto sinceros.

Aos meus examinadores da banca que contribuíram por demais neste TCC árduo e consagrado por todos.

Aos meus grandiosos amigos (a) e companheiros (a) do Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares.

A todos pela minha eterna gratidão e louvor. Principalmente a Jesus Cristo meu mestre e salvador.

O trabalho educativo trata da produção de ideias, de conceitos, valores, hábitos, símbolos, habilidades, ou seja, diz respeito à produção e à socialização do saber historicamente produzido pelos homens. Mas, o processo em que o ser humano se torna ser humano é uma tarefa ao mesmo tempo ética e política, com profundas raízes históricas e sociais. (HERMIDA; OLIVEIRA, 2012, p. 106)¹.

¹ BRENNAND, Edna Gusmão de Góes; PRESTES, Emília Maria de Trindade; ROSSI, Silvio José; e (Organizadores). **Comunidades de Aprendizagem e Educação ao Longo da Vida**. João Pessoa-PB: Editora da UFPB, 2012.

LIMA, Jocélio de Barros². **O PAPEL DA INCLUSÃO SOCIAL E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO: A EJA NA EMEF “FRANCISCO MARQUES DA FONSECA” - SANTA RITA – PB.** Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba. Campus III. Guarabira. Paraíba, 2014.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar a experiência de profissionais e estudantes da EJA desenvolvida na EMEF “Francisco Marques da Fonseca”, Santa Rita-PB, referente ao período 2013.2 na perspectiva do ensino profissionalizante como fator de incentivo ao desenvolvimento educativo e transformador para a EJA. Avaliando as políticas públicas e a ineficiência dessas políticas na escola, além de, constatar a ausência do ensino profissionalizante na EJA, ensino considerado como fator de inclusão social destes alunos através de um ensino de qualidade para a sociedade. Discutir em que medida na experiência de EJA desenvolvida no município de Santa Rita-PB, mais em particular na EMEFFMF, porque não nota-se a importância especialmente da qualificação profissional, associada aos conteúdos propedêuticos, de modo a se constituir efetivamente em uma experiência de inclusão social, se afirmando como um ensino público de qualidade e capaz de preparar os jovens em situação de vulnerabilidade para uma inserção mais digna no mercado de trabalho e na vida social? Havemos como hipótese que a EJA não se afirmou como política pública de inclusão social, não gozando de legitimidade na sociedade brasileira, nem de credibilidade na comunidade de Santa Rita-PB, devido aos problemas políticos e administrativos que envolvem a Educação, em nível nacional, e em particular nas gestões municipais. No capítulo 1, na introdução, resgataremos, em linhas gerais, a história das Políticas Públicas de EJA no Brasil. No capítulo 2, apresentaremos a formação histórica da política de EJA no Brasil. No capítulo 3, discutiremos as principais mudanças na política da EJA nos anos recentes no Brasil. E, por fim, no capítulo 4, analisaremos a experiência de ensino da EJA abordando a direção, supervisores, professores e alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Francisco Marques da Fonseca” – Santa Rita - PB. A Fundamentação Teórica norteiam sobre POCHMANM, Marcio (2004); MANFREDI, Silvia Maria (2005); TASSIGNY, Mônica Mota (2005); SOUZA, Celina (2006); PRESTES, Emília Maria de Trindade (1998 - 2009); PRESTES, Emília Maria de Trindade & OLIVEIRA, Roberto Vêras (2009); BRENNAND, Edna Gusmão de Góes et al (2012). A metodologia fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e empírica. O campo empírico da pesquisa se volta para analisar entrevistas que se dirigem a ação dos gestores, educadores e alunos, no que diz respeito ao papel da construção das Políticas Públicas de Educação para a melhoria da EJA e a inclusão social. Portanto, a Educação de Jovens e Adultos tem feito seu papel no Brasil, principalmente na EMEF “Francisco Marques da Fonseca” - Santa Rita - PB, de forma ainda pouco efetiva. Trazendo às vezes desalento a milhares de jovens e adultos que nela estudam na modalidade de ensino da EJA, que é ausente do ensino técnico profissional que se houvesse em todas as escolas da EJA no Brasil geraria uma perspectiva de alcançar independência social, interesse maior para os conhecimentos teóricos da leitura e escrita na escola, e no mercado de trabalho com empregos assalariados com dignidade para todos.

PALAVRAS-CHAVE: EJA. Ensino Profissionalizante. Políticas Públicas. Inclusão Social.

²Possui Graduação na Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba, Campus III - Guarabira/PB (2008). Concluiu a Pós - Graduação no Curso de Especialização em Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba, Campus I - João Pessoa (2010). Leciona na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio "José Paulo de França" - Marí/PB (2012); e na Escola Municipal de Ensino Fundamental "Francisco Marques da Fonseca" - Santa Rita/PB (2010).

LIMA, Jocélio de Barros³. **THE ROLE OF SOCIAL INCLUSION AND PUBLIC POLICY EDUCATION: THE EJA IN EMEF "FRANCISCO MARQUES DA FONSECA" - SANTA RITA - PB.** Specialization Course Foundations of Education: Interdisciplinary Pedagogical Practices of the State University of Paraíba. Campus III. Guarabira. Paraíba, 2014.

ABSTRACT

This research aims to analyze the experience of professionals and students of adult education developed in EMEF "Francisco Marques da Fonseca", Santa Rita -PB for the period 2013.2 from the perspective of vocational education and to encourage the educational development factor and transforming to EJA. Evaluating public policies and inefficiency of these policies in school, and, noting the absence of vocational training in adult education, teaching regarded as social inclusion factor of these students through quality education to society. Discuss the extent to which the experience of adult education developed in the municipality of Santa Rita - PB, more particularly in EMEFFMF because non- note especially the importance of vocational qualifications, work-up associated with content, so as to be effectively in an experience of social inclusion, asserting as a quality public education and able to prepare young people are vulnerable to a more worthy inclusion in the labor market and in social life? We have hypothesized that the EJA is not stated as public policy of social inclusion does not enjoy legitimacy in Brazilian society, nor credibility in the Santa Rita - PB community due to political and administrative problems involving Education at national level, and particularly in municipal administrations. In chapter 1, the introduction, we will redeem, in general, the history of Public Policies in Brazil EJA. In chapter 2, we present the historical formation of the EJA policy in Brazil. In Chapter 3 we discuss the main changes in the EJA policy in recent years in Brazil. Finally, in Chapter 4, we analyze the learning experience addressing the direction of Aye, supervisors, teachers and students of the Municipal Elementary School "Francisco Marques da Fonseca" - Santa Rita - PB. Theoretical rationale guide on POCHMANM, Marcio (2004); MANFREDI, Silvia Maria (2005); TASSIGNY, Monica Mota (2005); Souza, Celina (2006); PRESTES, Emília Maria Trindade (1998 - 2009); PRESTES, Emília Maria Trinidad & OLIVEIRA, Roberto Vêras (2009); BRENNAND, Edna Gusmão Goes et al (2012). The methodology is based on literature and empirical research. The empirical field research turns to analyze interviews that address activities of managers, educators and students, with regard to the role of the construction of the Public Policy Education for the improvement of adult education and social inclusion. Therefore, the Youth and Adult Education has done its part in Brazil, mainly in EMEF "Francisco Marques da Fonseca" - Santa Rita - PB , even slightly effectively. Sometimes bringing dismay to thousands of youth and adults who study it in teaching modality of Aye, which is absent from the professional technical education if there were in all schools of EJA in Brazil would generate a prospect of achieving social independence, greater interest to theoretical knowledge of reading and writing in school and in the labor market with wage employment with dignity for all.

KEYWORDS: EJA. Vocational Education. Public Policy. Social Inclusion.

³ Have the Undergraduate Full Degree in Arts from the State University of Paraíba, Campus III - Guarabira / PB (2008). Collusion to Post - Graduate Course of Specialization in Portuguese. Universidade Federal da Paraíba, Campus I - Joao Pessoa (2010). He teaches at the State School of Elementary and Secondary Education "José Paulo de França" - Marí / PB (2012), and the Municipal Elementary School "Francisco Marques da Fonseca" - Santa Rita / PB (2010).

LISTA DE SIGLAS

CES - Centro de Estudos Supletivos.

CF – Constituição Federal.

CONFITEA'S - Conferências Internacionais de Educação de Adultos.

CNE - Conselho Nacional de Educação

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais.

EJA – Educação de Jovens e Adultos.

ENEJA - Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos.

EMEFFMF – Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Marques da Fonseca.

EPT – Educação Para Todos

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

FUNDEB - Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação.

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPEA - Instituto de Pesquisas de Economia Aplicada.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

OIT - Organização Internacional do Trabalho.

ONU - Organização das Nações Unidas.

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização.

PB - Paraíba

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA POLÍTICA PÚBLICA DE EJA NO BRASIL	16
3 AS PRINCIPAIS MUDANÇAS RECENTES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EJA NO BRASIL	22
4 OS DESAFIOS DA EJA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO SOCIAL NA EMEF FRANCISCO MARQUES DA FONSECA - SANTA RITA - PB	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICES	50
APÊNDICE - A	50
APÊNDICE - B.....	54
APÊNDICE - C	56
APÊNDICE - D	57

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como principal propósito analisar a experiência de profissionais e estudantes da Educação de Jovens e Adultos desenvolvida na Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Marques da Fonseca, localizada no município de Santa Rita no Estado da Paraíba, referente ao período 2013.2. Avaliando as políticas públicas e a ineficiência dessas políticas na escola, além de, constatar ausência do ensino profissionalizante na EJA, sendo este ensino fator de inclusão social destes alunos através de um ensino de qualidade para a sociedade.

Pensar a educação como fator integralizante das novas transformações que vive a sociedade moderna com o desenvolvimento contínuo das novas tecnologias, requer conceber o indivíduo a partir de sua percepção de aprendizado escolar num contexto mais amplo, globalizante e extremamente capitalista, levando em conta as implicações das novidades tecnológicas que estão inseridas no mercado de trabalho e na sociedade do século XXI.

Diante da ausência do ensino técnico profissionalizante nas escolas públicas da EJA, o Governo Municipal, a Secretaria de Educação e a Escola são órfãos de implantações de políticas públicas de Educação, que teria o intuito de aproximar o ensino aprendizagem dos sujeitos frente à realidade da escola, do trabalho e da comunidade. Trazendo benefícios inimagináveis para a sociedade, no que se refere às diversas oportunidades de emprego e renda e, conseqüentemente, ao seu desenvolvimento econômico e social.

No entanto, a realidade da educação brasileira está longe desse horizonte. Especialmente no que se refere à Educação de Jovens e Adultos (EJA), o quadro é dramático. É o que se verifica com a evasão, repetências, falta de estímulos, a ausência de um ensino profissionalizante na EJA, formação continuada de professores para a modalidade EJA, debilidades no ensino propedêutico, no que diz respeito à maioria dos alunos que procuram a Educação de Jovens e Adultos como mero meio de retomar os estudos, visando o ingresso em um emprego formal.

O trabalho formal no Brasil é constituído de benefícios, além da carteira profissional assinada. Geralmente fornecido por uma empresa, com todos os direitos e deveres trabalhistas garantidos. O cargo ou função que o sujeito desempenha numa atividade econômica sendo

remunerado por ela. A remuneração denominada de salário ou de vencimentos é dada aos empregados de uma empresa. Sendo utilizada para se referir aos rendimentos para os que trabalham em órgãos do governo¹.

Na maior parte dos casos, os alunos terminam o ensino da EJA e são direcionados aos empregos informais. Definimos que o emprego informal é aquele em que o indivíduo que trabalha sem condições regulamentadas pelo governo, isto é, aquele em que não há vínculo empregatício, o trabalhador não possui registro em carteira de trabalho, nem usufrui dos benefícios que a lei lhes tem de direito, tais como FGTS, direito à licença maternidade, seguro desemprego, férias remuneradas, etc. Na maioria das vezes são incluídas nesta situação pequenas empresas que não tem condições de pagar taxas e impostos altíssimos ao governo. São trabalhos conhecidos como subemprego².

Pretendemos tratar da experiência da educação de ensino da EJA na EMEF “Francisco Marques da Fonseca” - Município de Santa Rita-PB, como uma ação de EJA, sob a perspectiva das políticas públicas de formação profissional como novas tendências e necessidades que devem ser inseridas neste ensino no Brasil, previstas nas Resoluções e Recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e são configuradas “como um conjunto de políticas situadas entre os campos do trabalho, educação e desenvolvimento.” (BRENNAND, Edna Gusmão de Góes *et al*, 2012, p. 125).

A organização do sistema de políticas públicas adotadas na EJA tem dado poucos respaldos animadores nas políticas de inclusão social para alunos que estudam nas escolas de jovens e adultos.

A EJA como ensino de modalidade não obrigatória vem assimilando nos últimos anos uma discriminação por parte da sociedade. Assim, a EJA não goza de legitimidade social, se efetivando como uma prática de ensino que não possui e nem prioriza critérios mais aprimorados de práticas de ensino e aprendizagem, de modo a prevalecer resultados crescentes de desenvolvimento social e econômico para com os aprendentes na vida social e no mercado de trabalho.

¹**Emprego Formal.** Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Trabalho_formal. Acesso em: 17 de novembro de 2013.

²**Emprego informal.** Disponível em: <http://www.brasilecola.com/geografia/empregos-informais.htm>. Acesso em: 17 de novembro de 2013.

Nesse aspecto, pretendemos discutir em que medida na experiência de Educação de Jovens e Adultos desenvolvida no município de Santa Rita, no Estado da Paraíba, mais em particular na Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Marques da Fonseca (EMEFFMF), porque não nota-se a importância especialmente da qualificação profissional, associada aos conteúdos propedêuticos, de modo a se constituir efetivamente em uma experiência de inclusão social, se afirmando como um ensino público de qualidade e capaz de preparar os jovens em situação de vulnerabilidade para uma inserção mais digna no mercado de trabalho e na vida social.

Havemos como hipótese que a EJA não se afirmou como política pública de inclusão social, não gozando de legitimidade na sociedade brasileira, nem de credibilidade na comunidade de Santa Rita-PB, devido aos problemas políticos e administrativos que envolvem a Educação, em nível nacional, e em particular nas gestões municipais.

Prevalece, associado a uma ausência de prioridade política para esse tipo de ação pública, um cenário de interrupções sistemáticas do calendário escolar, com a realização de frequentes lutas sindicais, greves, paralizações, em razão dos baixos salários e das péssimas condições de trabalho que envolve o trabalho docente, com pagamento de salários atrasados dos professores e dos funcionários da Educação, ausência de infraestrutura e reformas nas escolas, etc. Tudo isso contribui para a negatividade das políticas públicas.

Por outro lado, a EJA por seguir os métodos tradicionais de ensino, vem sendo comparadas às estruturas curriculares do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, não trazendo uma inovação metodológica da EJA para sua realidade contemporânea, deixando de lado os anseios dos aprendentes e suas experiências culturais formadas através de vivências ao longo da vida.

Some-se a isso, o fato de que os índices crescentes da violência e da insegurança em torno da comunidade escolar interferem no desempenho do ensino/aprendizagem, especialmente dos alunos que estudam no turno noturno da EJA. Além de frequentes mortes, assaltos, vendas de drogas, brigas constantes na frente da escola.

No capítulo 1, na introdução resgataremos, em linhas gerais, a história das Políticas Públicas de EJA no Brasil.

No capítulo 2, apresentaremos a formação histórica da política de EJA no Brasil.

No capítulo 3, discutiremos as principais mudanças na política da EJA nos anos recentes no Brasil.

E, por fim, no capítulo 4, analisaremos a experiência e vivência do ensino da EJA abordando a direção, supervisores, professores e alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Francisco Marques da Fonseca” na cidade de Santa Rita, município do Estado da Paraíba.

A Fundamentação Teórica norteiam-se com base em POCHMANM, Marcio (2004); MANFREDI, Silvia Maria (2005); TASSIGNY, Mônica Mota (2005); SOUZA, Celina (2006); PRESTES, Emília Maria de Trindade (1998 - 2009); PRESTES, Emília Maria de Trindade & OLIVEIRA, Roberto Vêras (2009); BRENNAND, Edna Gusmão de Góes *et al* (2012).

A metodologia fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e empírica. O campo empírico da pesquisa se volta para analisar entrevistas que norteiam a ação dos gestores, educadores e alunos, no que diz respeito ao papel da construção das Políticas Públicas de Educação para a melhoria da EJA e a inclusão social.

A pesquisa empírica foi realizada sobre as turmas de EJA do turno noturno da EMEF Francisco Marques da Fonseca, que fica localizado no Bairro de Várzea Nova, no Município de Santa Rita, no Estado da Paraíba. Utilizamos como fontes desta pesquisa: material bibliográfico, documentos (diretrizes, subsídios, legislação), sites da internet, relatórios nacionais e internacionais sobre a EJA, dados da UNESCO, dados do IBGE, e entrevistas semidirigidas realizadas na escola com educadores, gestores e alunos.

2 A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA POLÍTICA PÚBLICA DE EJA NO BRASIL

A elaboração de uma retrospectiva histórica da Educação de Jovens e Adultos remete-nos ao primeiro item dessa pesquisa árdua e estimulante. Analisar e compreender a situação histórica da EJA, fundamentadas em obras direcionadas pelas atuais conjunturas das Políticas Públicas Nacionais e Estaduais, buscando a contextualização e compreensão do atual momento educacional.

Segundo Gentil³, a EJA nesta última década tem vivenciado diversos episódios nacionais e estaduais que consolidaram a modalidade de ensino na educação formal e diversificou inúmeras reflexões pedagógicas. Todo o contexto histórico das ideias em torno da educação de adultos no Brasil caminha junto à história da educação como um todo, pois acompanha a história de modelos econômicos e políticos e as relações de poder, de grupos que estão no exercício do poder. A educação do povo brasileiro sempre foi mobilizada pela elite brasileira que são totalmente a favor do conservadorismo patriarcal, ligadas historicamente as tentativas de sedimentação ou de recomposição do poder político e das estruturas socioeconômicas, situadas no interior ou no exterior da ordem estabelecida pela sociedade.

Em 1549 com a chegada dos jesuítas, considerados criadores do primeiro sistema de educação no Brasil, analisar o conceito de educação faz-nos (re)pensar, porque foi iniciado por este fato histórico e marcante intensamente na educação brasileira. A aculturação sistemática dos nativos era a finalidade principal da educação, essa educação perdurou 210 anos, estabelecendo autoritariamente a religião predominante pelos colonizadores, que defendiam uma proposta curricular eficiente, financiada pela nobreza essa educação erudita aos discentes.

Conforme Piletti (1988, p. 165), com intuito de alcançar de forma mais eficiente seus objetivos, a realeza e a igreja aliaram-se na conquista do Novo Mundo. A realeza facilitava o trabalho missionário da igreja, enquanto essa convertia os índios aos costumes da Coroa Portuguesa. Os jesuítas no Brasil dedicavam-se a pregação da fé católica e ao trabalho educativo. Abrindo caminhos à penetração dos colonizadores com o seu trabalho missionário.

³ GENTIL, Viviane Kanitz. **EJA: Contexto Histórico e Desafios da Formação Docente**. Pesquisa e Práticas Educativas. Disponível em: <http://www.drearaguaina.com.br/educ_diversidade/fc_eja/Municipios/texto_para_leitura_desafios_da_eja.pdf>. Acesso em: 19 de junho de 2013.

Os jesuítas desempenharam o papel de principais promotores e organizadores do sistema de educação, devido à ideia de adotar uma política colonizadora através da conversão dos nativos no Brasil colonial. A coroa condenou a inserção do controle imposto pelos jesuítas, sob a justificativa de sua autonomia na colônia, por parte desses educadores, ocasionando por conta disso: uma regressão do sistema educativo implantado, a população nativa era quem mais sofreu com sua saída fora a elite, por não existirem uma educação popular.

Segundo Paiva (1973, p.165), a educação dos adultos indígenas tornou-se irrelevante, ao domínio das técnicas, da leitura e escrita não se fizeram necessárias para os membros da sociedade colonial, baseados pela exportação da matéria prima, não havia preocupação em expandir a educação a todos os setores sociais.

Em janeiro de 1808, Portugal estava preste a ser invadido pelas tropas francesas comandadas por Napoleão Bonaparte. Com a chegada da família real portuguesa para o Brasil o sistema educacional brasileiro foi totalmente modificado. Houve um (re) planejamento para suprir a demanda educacional da aristocracia portuguesa e formar quadros para as novas ocupações técnico-burocráticas.

Com o surgimento da necessidade de se ter certo domínio de conhecimento e que se apresentasse quaisquer habilidades de trabalho, devido ao desenvolvimento da sociedade, que começou a ser industrial e urbana, a escola passou a assumir a função de educar para a vida e para a aprendizagem do trabalho.

À primeira escola noturna surgiu no Brasil em 1854, no ano de 1876 o país possuía em todo território 117 escolas, como nas províncias do Pará e do Maranhão, que estabeleciam finalidades específicas para sua educação. Argumenta *ibid.* (1973, p.167), que na província do Pará objetivou-se dar instrução aos escravos como forma de contribuir para a sua educação, no caso do Maranhão, a finalidade foi que os homens da sociedade pudessem ter entendimento de seus direitos e deveres.

De acordo com *Ibidem* (1973, p. 168), a necessidade de uma nova forma de produção e a crise do sistema escravocrata são alguns dos motivos para a difusão das escolas noturnas, no entanto, essas escolas tiveram um alto índice de evasão escolar o que culminou drasticamente para o seu fracasso. Em 1880 com sua ressurreição, dado pela reforma eleitoral

– lei –Saraiva que a estimulava, e que se cogitou a extensão da obrigatoriedade escolar aos adolescentes e adultos nos lugares em que se comprovasse a ausência de escolas noturnas.

Na Primeira Guerra Mundial, precisamente na década de 1910, houve no Parlamento (debates de projetos de reforma do Município Neutro) e seus debatedores eram políticos interessados no problema da discussão sobre a educação popular no Brasil. O Município Neutro, criado pelo ato adicional, proclamado por lei de doze de agosto de 1834, foi uma modificação à constituição brasileira de 1824. Onde transformou o Rio de Janeiro, capital da Corte, em município neutro e transferiu a capital fluminense para a futura cidade de Niterói.

De acordo com a necessidade de expandir a rede de ensino elementar, devido à mobilização iniciada na Primeira Guerra Mundial, levantou-se o questionamento do problema da educação dos adultos. Fazendo-se em conjunto com a abordagem do problema, sendo a temática educação popular, isto é, a ampliação do ensino elementar. Na década de 1920 houve várias reformas que trataram da educação dos adultos, seguindo a mesma perspectiva que cuidavam da elaboração da renovação dos sistemas de ensino de forma generalizada. Conquistou ênfase somente no Distrito Federal na reforma de 1928, renovando-se o ensino dos adultos na primeira metade dos anos de 1930. (PAIVA, 1973, p. 168)

Por causa do surgimento da industrialização e da urbanização, logo depois da Primeira Guerra Mundial, formou-se a nova burguesia e estratos emergentes de uma pequena burguesia que exigia o acesso à educação, e que ansiavam por uma educação acadêmica e elitista, enquanto o restante da sociedade permanecia analfabeta e inferiorizada.

Os primeiros profissionais da educação que apareceram nos anos de 1920 sustentaram a crença no descompromisso com as ideias políticas defendidas pelo tecnicismo em educação, e trouxeram dos que governam de forma implícita a aceitação das ideias políticas. Vinculada pelo entusiasmo na educação, “a educação popular”, foi à expansão das bases eleitorais, pois pretendia aumentar o poder da classe burguesa. (PAIVA, 1973, p.28).

A alfabetização e/ ou escolarização de adultos sempre houve distintas discussões e definições que acompanharam lutas ideológicas e políticas de cada período da história, e que trouxe consequências pedagógicas concretas ao processo educativo de indivíduos que desejavam recuperar o tempo perdido na época de infância em prol de sua escolarização na fase adulta.

Conforme Gentil (p.4, 2013), as transformações políticas e econômicas surgidas na Revolução de 1930 permitiu a consolidação de um sistema político de educação elementar no país, havendo experiências importantes na área. Com a ampliação do processo de educação para adolescentes e adultos, decorrente de demanda da industrialização e urbanização.

O sistema educativo brasileiro se construiu basicamente durante o período republicano, na década de 1930 em diante. Foi elaborado por princípios básicos, e discutidos na Primeira República e inscritos nas constituições seguintes, notadamente a partir da Constituição de 1934. (GENTIL, 2013, p.4).

A Constituição de 1824 estabeleceu a gratuidade ao ensino elementar a todos os cidadãos, e a Constituição de 1891 estabeleceu que o Estado tinha a responsabilidade, sobre o ensino primário. Já a Constituição de 1934 a gratuidade e obrigatoriedade são estabelecidas no artigo 150 que institui o ensino primário integral gratuito e a frequência obrigatória, extensiva aos adultos. Princípios estes seguidos pelas demais constituições do Brasil. (PILETTI, 1988, p. 190).

Na afirmava de Cunha (1999), que no período de 1940 propagava a ideia de que o analfabetismo produzia pobreza e marginalização na sociedade. Havia a discriminação de que o adulto analfabeto era incapaz de participar na esfera política quanto na jurídica. Eles não tinham o direito ao voto ou serem votados, não havia legitimidade da democracia no Brasil na época. Assim, com o término do estado Novo (1937-1945) a alfabetização foi considerada um fato decisivo para o país no processo de redemocratização e a inevitável necessidade de ampliação da quantidade de eleitores.

Dirigida e direcionada ao meio rural, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, foi um dos primeiros projetos lançados pelo governo acompanhado pelos anseios da nova ordem social. Prevendo a alfabetização do aprendente durante três meses, concluindo o curso primário no prazo reduzido ao ensino convencional. Considerada unilateral a educação, tinha o professor como transmissor de conhecimento. Voluntário ou mal remunerado, o educador, era o único sujeito do processo de ensino. (PAIVA, 1973, p. 252).

Conforme Cruz et al (2012), extinta em 1963, a campanha não rendeu resultados ou saltos positivos, contudo superou a ideia preconceituosa de que o adulto não precisaria mais aprender a ler, pois considerava que possuía seu lugar no mundo. O desprezo pela classe trabalhadora perduraria até a década de 1990, com as afirmações de que “a tentativa de

alfabetização de adultos não diminuiria o índice de analfabetos, ao contrário, perturbaria a ordem social”, confirmadas pelo então Ministro da Educação José Goldemberg.

Obtendo resultados negativos da campanha, houve severas críticas ao projeto. A necessidade da qualificação dos professores e a adequação do programa, do material didático e da metodologia de ensino prestadas aos aprendentes.

Paulo Freire no final dos anos de 1950 propôs a nova pedagogia, que considerava a vivência e a realidade do sujeito, estudado como participante ativo no processo de educação. O Programa Nacional de Alfabetização de Adultos foi desenvolvido por Freire, contudo em 1964 com o golpe militar ele foi exilado e um programa assistencialista e conservador foi criado: o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). A principal finalidade do programa era a alfabetização funcional, sem a apropriação da leitura e da escrita de pessoas de 15 a 30 anos. (CRUZ, É. et al, 2012)

Em 1971 a LDB restringia o dever do Estado em oferecer ensino a crianças de 7 a 14 anos de idade, no entanto reconhecia a educação de adultos como direito a cidadania. No ano de 1974, houve a implantação do CES (Centro de Estudos Supletivos), considerado um ensino tecnicista e autoinstrucional, que oportunizava a uma certificação acelerada, mas superficial. (CRUZ, É. et al, 2012)

O desenvolvimento de projetos e pesquisas na área da alfabetização de adultos foi bastante marcado na década de 1980. A Constituição Federal de 1988 passou a garantir o Ensino Fundamental gratuito e obrigatório para todos.

Devido às conferências organizadas pela UNESCO na década de 1990, a EJA passou a ter mais importância no cenário Internacional, havendo o reconhecimento por vários países. Nesse período no Brasil surge uma mobilização nacional no sentido de autoavaliar metas e ações de EJA.

A lei brasileira garante a igualdade de acesso e permanência na escola e ensino de qualidade, além da valorização da experiência extraescolar instituídas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996). Além de garantir o Ensino Fundamental gratuito e obrigatório, inclusive para os que não tiveram acesso a ele na idade própria. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) possui um sentido mais abrangente: preparar e inserir ou reinserir o

sujeito aprendente no mercado de trabalho. Distinto do antigo ensino supletivo como era chamado.

Cabe à escola a responsabilidade de formar o adulto trabalhador, pois os objetivos da educação no Brasil são revistos constantemente. A EJA e o PROEJA, são projetos recentes e possuem novas iniciativas que têm surgido a fim de garantir metodologias adequadas a discente com o perfil descrito.

No Parecer nº 11, (das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos), estabelecidas em 2000 pelo Conselho Nacional de Educação, as funções e as bases legais da EJA fundamentadas pela LDB, nos Parâmetros Curriculares Nacionais e nas Diretrizes Curriculares Nacionais. O Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, incluindo a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e a formação inicial e continuada de trabalhadores.

Os Fóruns da EJA são eventos geradores de debates e de trocas de experiências, que tem sido importantes para seus objetivos e na sua estruturação. A partir desses debates é que a educação de jovens e adultos no Brasil e no mundo tem se dado mais importância na sociedade atual.

Os jovens e adultos com deficiência de aprendizado são excluídos de um sistema educacional e profissional que impera no sistema capitalista e globalizante. E que se mostra neste momento numa conjuntura ocidental moderna e imperialista aonde que o analfabetismo não há mais espaço no mundo da modernidade no século XXI. No próximo capítulo, apresentaremos as principais mudanças recentes nas políticas públicas de EJA no Brasil e suas consequências primordiais para a educação de jovens e adultos no país.

3 AS PRINCIPAIS MUDANÇAS RECENTES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EJA NO BRASIL

A EJA precisamente na década de 1990, passou a estabelecer de uma política de metodologia criativa, com a universalização do ensino fundamental de qualidade. Com o crescente reconhecimento da importância da EJA na esfera internacional a fim do fortalecimento da cidadania e da formação cultural da população, motivadas pelas conferências organizadas pela UNESCO, criada pela ONU e responsabilizada por desenvolver a educação nos países em desenvolvimento.

Tudo isso, envolvendo delegações de todo Brasil, a UNESCO convocou uma discussão nacional sobre a Educação. Essa mobilização nacional organizou os Fóruns Estaduais de EJA, que vêm expandindo-se em todo o país, estando em todos os estados brasileiros, com exceção de Roraima. Houve uma intensa mobilização em 1996 incentivada pelo MEC e pela UNESCO, como forma de preparação para a V CONFITEA.

A Comissão Nacional de EJA instituída pelo MEC tinha a finalidade de incrementar essa mobilização. O recomendado foi que cada Estado realizasse um encontro para autoavaliar metas e ações de EJA. A partir de então, as instituições envolvidas firmaram o pacto de dar continuidade aos encontros.

A UNESCO em 1997 convocou SEE(s), SME(s), Universidades e ONGs para a preparação da V CONFITEA, através de discussão e confecção de um documento nacional com diagnósticos, princípios, compromissos e planos de ação. Eventos estes de intercâmbio mundial marcaram o ressurgimento da área de EJA. No estado de Minas Gerais é implantado o Fórum Estadual em 1998. E a Paraíba e o Rio Grande do Norte fizeram o mesmo na época.

A cidade de Curitiba realizou um encontro, patrocinado pela UNESCO, para a socialização da V CONFITEA, seguindo essa corrente de intercâmbios. A decisão de se iniciar uma série de encontros nacionais de EJA foi consequência da V CONFITEA.

O I ENEJA ocorreu em 1999, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, no qual houve a participação dos Fóruns do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Espírito Santo, do Rio Grande

do Sul e de São Paulo. Considerado um estímulo para o surgimento de outros fóruns, esse encontro acabou sendo positivo para essa transformação.

A partir de então, os encontros vêm ocorrendo anualmente na seguinte sequência: o II ENEJA aconteceu no ano de 2000, na cidade de Campina Grande – PB, com a participação de oito Fóruns; o III ENEJA ocorreu em 2001, na cidade de São Paulo - SP, com a participação de 10 Fóruns; o IV ENEJA aconteceu em 2002, na cidade de Belo Horizonte - MG, com a participação de 12 Fóruns; No ano de 2003, ocorre o V ENEJA, na cidade de Cuiabá - MT, com a participação de 17 Fóruns; o VI ENEJA acontece em 2004, na cidade de Porto Alegre - RS, com a participação de 22 Fóruns; em 2005, o VII ENEJA, ocorre na cidade de Brasília - DF, com a participação de 24 Fóruns; em 2006, o VIII ENEJA, aconteceu na cidade do Recife - PE, com a participação de 26 Fóruns.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição Federal. Foi citada pela primeira vez na Constituição de 1934. A primeira LDB foi criada em 1961, seguida por uma versão em 1971, que vigorou até a promulgação da mais recente em 1996. Vejamos na integra os artigos 1º, 2º, 3º e 4º da LDB/96⁴:

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DA EDUCAÇÃO

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social.

TÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

⁴**Senado Federal.** Subsecretaria de Informações. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102480>>. Acesso em 05 de agosto de 2013.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

TÍTULO III

DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

- I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;
- V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;
- VIII - atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
- IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/96 - foi sancionada pelo Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, e pelo Ministro da Educação, Paulo

Renato, em 20 de dezembro de 1996. Baseada no princípio do direito universal à educação para todos.

A LDB de 1996 trouxe diversas mudanças em relação às leis anteriores, como a inclusão da educação infantil (creches e pré-escolas) como primeira etapa da educação básica. E que propôs na sua normatividade legislativa, em seu artigo 3º, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, a garantia de padrão de qualidade, a valorização da experiência extraescolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A criação de propostas alternativas na área de EJA foi estimulada, por tais princípios. Deste modo, contudo a Lei 9.394/96 tenha dedicado uma referência no artigo 4º, nos incisos I e IV à EJA, porém os artigos 1º, 2º, 3º e 4º discutem essa educação sob o ponto de vista do ensino básico.

De um modo geral, focando o ensino Fundamental e Médio, o que pode ser considerado um resultado positivo para a área. Porém, não em específico a área da EJA, onde ao determinar a identificação daqueles que não tiveram acesso ao ensino fundamental e médio, abriu um espaço de intervenção que criou possibilidades de confronto entre o universo da demanda e o volume, e a qualidade da oferta. O que pode gerar um maior compromisso do setor público com a EJA.

Compromisso esse que nos últimos anos não atendem de forma adequada à modalidade de ensino com uma enorme precarização das escolas. Escolas essas que possuem aspectos de presídios, disfarçados de escolas de ensino.

Segundo o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF):

O FUNDEF (Lei n. 9.424/1996) representa o marco operacional da descentralização da educação, constituindo o novo mecanismo de distribuição de recursos financeiros baseado no número de alunos efetivamente matriculados nas redes públicas de ensino fundamental. Do ponto de vista oficial, a implantação do FUNDEF, a partir de 1º de janeiro de 1998, responde à necessidade de eliminar, no espírito da descentralização e da autonomia escolar, os níveis intermediários da administração

educacional. Trata-se de excluir a intermediação dos estados na distribuição dos recursos, redirecionando-a diretamente para as escolas ou para os municípios.⁵

Os 60% dos recursos recolhidos pelos estados e municípios, que são determinados pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) devem ser destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental, para impulsionar a descentralização do ensino. Perceba que o ensino da EJA não está sendo abordada com especificação a lei vigente (Lei n. 9.424/1996). Que fixa um valor mínimo, para 1998, de R\$ 300,00 por aluno/ano, o FUNDEF, distribui, mas não adiciona novos recursos, apenas aspira garantir “um padrão mínimo de oportunidades educacionais”. (GLAT; FERREIRA, 2003).

No entanto, com a substituição do FUNDEF em 2006 os parlamentares no Congresso Nacional aprovam outra Emenda Constitucional para atingir a melhoria da qualidade da educação no Brasil com o recém-criado FUNDEB:

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, que vigorou de 1998 a 2006.⁶

Considerado um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (fundos do Distrito Federal, e pelos vinte e sete estados da federação), recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, mais Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. O FUNDEB possui ainda, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente.

⁵Revista Brasileira de História da Educação. SBHE. In: BONAMINO, Alicia Maria Catalano de. **O público e o privado na educação brasileira**. Inovações e tendências a partir dos anos de 1980. Disponível em: <http://201.147.150.252:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1065/RBHE5.pdf?sequence=1>. Acesso em: 05 de agosto de 2013.

⁶ FNDE. **FUNDEB**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao>>. Acesso em: 29 dez. 2013.

Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.

As **Conferências Internacionais de Educação de Adultos** recebem a denominação de **CONFINTEA**'s. Essas conferências surgem com objetivo de produzir um documento que trouxesse a problemática da Educação de Jovens e Adultos (EJA), num contexto histórico, a partir da primeira metade do século XX.

Até o momento foram realizadas seis CONFINTEA's. A primeira Conferência foi realizada na Dinamarca e teve como pontos de discussão: as especificidades da Educação de Adultos; proporcionar uma educação aberta e voltada para as condições de vidas reais da população; e que a educação de adultos deveria ser desenvolvida através do espírito de tolerância.

Ocorreu em 1960 na cidade de Montreal no Canadá a II Conferência, lá houve um debate sobre a necessidade de países desenvolvidos ampararem aos subdesenvolvidos a melhorarem a sua aprendizagem. Adotar um conceito mais amplo de educação foi necessário e constatado pela III CONFINTEA em 1972, na cidade de Tóquio (Japão). A terceira edição da CONFINTEA reuniu 82 Estados-membros, 3 Estados na categoria de observador (inclusive Cuba), 3 organizações pertencentes às Nações Unidas, 37 organizações internacionais. Surgiram as categorias de ensino escolar e extraescolar, para garantir a educação integral dos indivíduos de todas as idades, para a CONFINTEA, só haveria o desenvolvimento educacional, econômico e cultural dos países através dessa educação.

A IV CONFINTEA aconteceu no ano de 1985, na França. Teve como ponto mais importante desse encontro o direito de ler o próprio mundo e escrever própria a história, além disso, o direito de acessar aos recursos educacionais, e desenvolver as capacidades individuais e coletivas. Enfim, o direito a uma educação de qualidade.

A UNESCO realizou em julho de 1997 na cidade de Hamburgo, na Alemanha, a V Conferência Internacional de Educação de Adultos - CONFINTEA⁷, em que 170 países com 1.500 representantes assumiram compromissos perante o direito dos cidadãos de todo o

⁷ Conferências Internacionais de Educação de Adultos são convocadas pela UNESCO periodicamente, a cada dez ou doze anos: a primeira ocorreu em Elsinore, na Dinamarca, em 1949; a segunda transcorreu em Montreal, no Canadá, em 1960; a terceira realizou-se em Tóquio, no Japão, em 1972; a quarta foi sediada em Paris, na França, em 1985; a quinta foi sediada em Hamburgo, na Alemanha, em 1997; a sexta foi sediada em Belém, no Brasil, em 2009.

planeta à aprendizagem ao longo da vida, concebida para além da escolarização ou da educação formal, incluindo as situações informais de aprendizagem presentes nas sociedades contemporâneas, marcadas pela forte presença da escrita, dos meios de informação e comunicação. (Pierro, p. 17⁸)

Considerada diferente das outras, a V Conferência que foi realizada em Hamburgo, no Canadá, em 1997, obteve uma participação significativa de diversos aliados, inclusive da sociedade civil. Segundo os idealizadores da Declaração de Hamburgo, a Educação de Adultos engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, cujas pessoas desenvolvem suas habilidades e seu conhecimento.

Os participantes na V CONFINTEA reafirmaram que apenas o desenvolvimento centrado no ser humano e a existência de uma sociedade participativa, baseada no respeito integral aos direitos humanos, levariam a um desenvolvimento justo e sustentável. O requisito fundamental para a humanidade sobreviver e enfrentar os desafios do futuro será a efetiva participação de homens e mulheres em cada esfera da vida.

Consequente realizada em 2009 no Brasil a VI Conferência foi concretizada no estado do Pará, precisamente na capital Belém, cujo principal objetivo era reavaliar os principais pontos da V Conferência e ressaltar a necessidade de criação de instrumentos normativos jurídicos para Educação de Adultos e reafirmar que os compromissos que não foram plenamente assumidos, desde a última conferência fossem concretizados.

Ainda que, com o decorrer de várias reformas educacionais e o acréscimo de investimento nas realizações de avaliações educacionais, a exclusão social persiste em permanecer na escola. O analfabetismo, a baixa escolaridade e a desqualificação profissional são situações que se refletem em toda a América Latina e Caribe. (Prestes. 2009, p.5)

Segundo Prestes (2009, p. 5) “No marco da aprendizagem ao longo da vida é difícil e incompleto planejar políticas sem incluir, ainda, iniciativas de alfabetização e sem fortalecer políticas de formação profissional capaz de possibilitar a participação no mundo do trabalho”.

De fato a alfabetização é o primeiro passo para podermos pensar no fortalecimento das políticas públicas, através da profissionalização profissional que conduzirá a EJA para um

⁸ Construção coletiva: Contribuições à Educação de Jovens e Adultos. – 2 ed. – Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2008. 362 p. In: PIERRO, Maria Clara Di. **Um Balanço da Evolução recente da educação de jovens e adultos no Brasil.** p. 17.

patamar desejável na educação atual, além de resgatar o desenvolvimento social dos jovens e adultos.

De acordo com Prestes (2009, p. 9):

A meta da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas - (DESD), de 2005, de integrar os princípios e os valores e práticas inerentes ao desenvolvimento sustentável em todas as facetas da educação e da aprendizagem sinalizava a necessidade de ocorrer mudanças estruturais regionais e a convergência das políticas educacionais com outras políticas públicas, inclusive parcerias com as iniciativas privadas.

De acordo com os documentos elaborados pela UNESCO/Brasil/MEC há a necessidade de implantação de mecanismos que integre as políticas do Estado com a sociedade civil, e que garanta a todas as pessoas aprendizagens que sejam coerentes com as propostas de educação ao longo da vida. Além de, contemplar a qualidade e a necessidade de se estabelecer um financiamento para a EJA para que tenha finalidades de desenvolver ações políticas para a realização de pesquisas, estudos e avaliações de experiências educativas. Tudo isso, assegurando-se das propostas de inclusão e a participação de diferentes atores e distintos países e entidades nacionais e internacionais. Portanto, responsabilizando-se da ação das políticas propostas nos protocolos internacionais e nos convênios e acordos regionais e nacionais.

Prestes (2009, p.11 apud UNESCO, 2006) afirma que:

Diante da enorme brecha de desigualdades e injustiças sociais mantidas na América Latina e Caribe, o modelo de desenvolvimento sustentável requer mudanças estruturais, melhoraria da qualidade de vida das populações e mudanças de mentalidades. Não sendo a educação a fórmula mágica para resolver todos os problemas historicamente existentes e agravados nessa região, talvez seja o caso das instituições educativas formais, informais e não formais, encontrarem de forma coletiva e colaborativa, novas pedagogias capazes de fortalecer o sentido da democracia e dos seus valores. Valores que fortaleçam a “formação de pessoas íntegras, cujo sentido de autorrealização esteja orientado pelas virtudes e fortalecimento de caráter imprescindível para assegurar um mundo sustentável”. (UNESCO, 2006, p.11).

Então, as mudanças estruturais, a melhoria da qualidade de vida das populações, e as mudanças de mentalidades são fatores primordiais para uma verdadeira mudança da realidade social nos países da América Latina e Caribe. Além disso, afirma que apenas a educação não mudará a sociedade através do modelo sustentável inseridos com desigualdades e injustiças sociais que aqui imperam atualmente. Contudo com mudanças de comportamentos de virtudes dos sujeitos haverá uma transformação. No capítulo seguinte, discutiremos os desafios do ensino de EJA na escola pública de ensino como política pública de inclusão social na perspectiva da comunidade escolar.

4 OS DESAFIOS DA EJA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO SOCIAL NA EMEF FRANCISCO MARQUES DA FONSECA - SANTA RITA - PB

A qualificação e a organização do trabalho são temas bastante discutidos por teóricos e gestores do capital, tudo isso, num sistema capitalista que no mundo pós-moderno exige uma qualificação técnica profissional no mercado de trabalho, unido aos conhecimentos inseridos pela escola pós-moderna atual.

Conforme MANFREDI (2005, p.10):

A questão da qualificação do trabalho/dos trabalhadores não preocupou somente os teóricos e gestores do capital, muito pelo contrário, os críticos do capitalismo e defensores do trabalho, desde os clássicos até os nossos dias, têm discutido questões relativas à qualificação e formas de organização, analisando-as, essencialmente, à luz do conceito de trabalho.

Outra grande questão crucial é que até agora o ensino da EJA no Brasil em todo seu território não há a obrigatoriedade do ensino técnico profissionalizante nesta modalidade. Segundo PRESTES (1998, p. 2):

Os baixos índices de escolaridade da população trabalhadora e os altos índices de repetência, reprovação e evasão, atrapalham os propósitos de expansão econômica e perspectivas desenvolvimentista do país, nos moldes globalizados e neoliberal. Assim, o Ministério da Educação se une ao Ministério do Trabalho para a criação do Programa de Expansão de Educação Profissional – PROEP, utilizando recursos do Banco Interamericano, e instaurando políticas públicas voltadas para as questões da educação profissional do jovem, e a qualificação do trabalhador.

Ainda de forma sutil o governo investe na formação profissional do jovem e do trabalhador, só que esta educação está instalada nas principais cidades do país. Já no restante das maiorias das escolas da EJA no país esta política pública inexistente.

Na possibilidade de apresentar dados relevantes sobre as políticas públicas de inclusão social apresentadas na EMEF FRANCISCO MARQUES DA FONSECA – SANTA RITA - PB, em que realizamos um roteiro de entrevista semidirigida, primeiramente de forma geral

para avaliarmos os depoimentos dos participantes que integram a base fundamental da escola, tais como: alunos, professores, supervisores e direção revelando declarações e experiências acerca dos possíveis problemas, além de prováveis soluções para a EJA no turno da noite. Vejam a entrevista de âmbito geral dos Diretores, supervisores, professores e alunos da EJA:

ENTREVISTA SEMIDIRIGIDA GERAL - I
(Direção, supervisores, professores e alunos da EJA)

1. Por que a EJA é tão discriminada pela sociedade como ensino ultrapassado e que não traz perspectiva de esperança para a formação intelectual e do mercado de trabalho?

_ Por que eu não sei, mas conheço e tenho conhecimento de várias pessoas dessa escola. Que estudo, foram arrumar trabalho, e então, perguntaram. E você, estuda o quê? Eu estudo o EJA. Aí, não aceitamos quem estuda na EJA não. A EJA é um ensino muito incompleto. Porque eu não sei, porque é desse jeito. O EJA não é aceitável em várias empresas e, quem terminou o EJA não é aceito no comércio, no trabalho.

Estudante da 8ª Série da EJA – II Segmento

_ Na verdade a questão do EJA, não é que ela seja ultrapassada na metodologia, a questão é a concepção de como ela é aplicada para o jovem. De que forma ela é aplicada? Qual o objetivo dessa aceleração para com o jovem? Se o jovem tem um objetivo de acelerar para ingressar no mercado de trabalho, não é só o ensino normal que é esse que vai inserir no mercado de trabalho, mas sim, o EJA mais o ensino técnico que encaminhe para o mercado de trabalho já específico. Deixar ele só no ensino do EJA não vai resolver o problema, como é que ele vai se inserir no mercado de trabalho se ele não tem a qualificação necessária para o mercado de trabalho.

Professor de História

_ Então, eu acredito que primeiro falta políticas públicas voltadas para o EJA. Discriminado é, porque são alunos fora da faixa etária, eles já estão fora da faixa etária. Eles já vêm discriminados, porque já há uma discriminação nesse sentido, porque eles já estão fora da faixa etária. A população, a comunidade, não valoriza o ensino EJA. Tem que sair do tradicional, se não existe política pública para esse povo, mas que os próprios docentes, a própria gestão da escola junto, todo mundo junto, criar estratégias, criar meios, para que o EJA pelo menos naquela escola, ela venha funcionar de alguma forma. Porque a gente pode, eu acredito que nós (professores e educadores). Eu acredito que a gente pode criar políticas próprias da escola, para ver se atrai esses alunos para escola. E porque não unir o EJA ao ensino profissionalizante. Eu acho que seria uma das alternativas, por que atrairia o jovem. Por que ele fica na expectativa mental que o ensino acelerado, resumido, já está discriminado diante da sociedade, porque ele não está inserindo no mercado de trabalho, porque não tem estudo. Então, eles chegam numa sala de aula, não têm motivação, por conta das políticas públicas que não, aliás, não existem políticas públicas.

Diretora da Escola

_ Primeiramente a EJA hoje é conhecida como uma modalidade dentro do ensino regular. E também a falta de políticas públicas para que se tenha essa perspectiva de se melhorar o ensino da EJA que até hoje não se ver.

Supervisora Escolar

2. Há alguma política pública para a inclusão social dos estudantes da EJA na Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Marques da Fonseca?

_ Não, porque não oferece nada de bom para gente, é para ter oferecido cursos: aula de música, aula de computação, o que fosse para melhorar o ensino da EJA.

Estudante da 8ª Série da EJA – II Segmento

_ Não, porque não existe nenhuma política pública que venha inserir neste EJA. Eu não sei o que está faltando. Mas assim, lutar em relação ao aluno, os conteúdos são resumidos demais, na verdade ele já é resumido em seis meses, pela ausência dos alunos ele continua reduzido menor ainda. E que tipo de aprendizagem tem esses alunos? É um nível baixo de aprendizagem. Já que o EJA é um ensino acelerado, e se torna muito resumido no sentido de conteúdo, não existe essa política pública de inserir, trazer esses alunos para escola, e que se interesse em estudar.

Professora Polivalente (Readaptada na função de supervisão)

_ Bom, se existe ainda não vi. E se tem só no papel, porque até hoje não chegou na nossa escola.

Supervisora Escolar

3. A violência e a insegurança por assaltos na comunidade fazem da EJA reféns da criminalidade quanto ao uso de drogas na escola e na comunidade?

_ Não, não é só no EJA não, acho que é em todo e qualquer horário, em qualquer momento da escola. As criminalidades, o uso da droga, estão inseridas, porque elas estão inseridas na sociedade. E a escola faz parte da sociedade. É difícil você combater, aí é que a gente vai voltar novamente. Se você não tem toda uma política social que acabe realmente com a desigualdade social, não se invista na segurança, na educação e na saúde. Você não vai resolver o problema da sociedade. Os estudantes vão sempre se afastar ou se isolar da escola. Porque isso daí, você vai perceber que é mais a influência das drogas, da violência parece que tem mais na classe pobre. Não na classe rica, porque o rico não precisa do EJA, ele cursa o todo seu curso normal. Os filhos da classe média e da classe alta, mas quem é da classe pobre, ele fica a mercê do estado, ou seja, das políticas públicas que o Estado vai fornecer ou não, para a educação, segurança e saúde.

Professor de História

_ Eu acho que tem um pouco disso sim. Porque dentro do próprio EJA nós temos alunos envolvidos com a criminalidade. E o EJA, não vejo-o como refém, mas vejo o EJA como escape para esses jovens que estão envolvidos com drogas, com a criminalidade, e que a gente poderia dentro do EJA se criar políticas públicas, o governo criar políticas públicas para tirar esses jovens que a gente sabe que usa drogas, e que agente sabe que estão envolvidos com elas. É o caso de um aluno da 7ª série, mas que ele se envolveu com a criminalidade e o mundo das drogas, e que hoje está no CEA. Então, o EJA pode ser uma válvula de escape para esses jovens se criassem políticas voltadas aos jovens. Porque eles procuram, eles vêm à escola. Mas muitas vezes não tem determinação, e não acham o que estão procurando no EJA. Até eles vêm na escola, estão envolvidos com as drogas, mas aqui eles

respeitam a gente, eles assistem às aulas, eles não faltam com respeito com os professores. E nunca vi isto aqui, enquanto estou na escola. E agente sabe quem é usuário de drogas, a agente sabe quem está envolvido com crimes, mas não fazem isso aqui, porque de certa forma estão buscando uma saída. Mas o EJA, eu percebo o ensino do EJA sem perspectiva, não tem perspectiva. Se criasse estratégias políticas públicas voltadas para esses jovens, eu acho que agente resgataria muitos jovens da criminalidade.

Diretora da Escola

_ Bom, não só eu como supervisora e a mais de 20 anos que eu trabalho na escola. É, agente escuta dos próprios alunos a preocupação de vim à escola por conta da violência que tem que pelo menos chegar até a um determinado horário, porque se não, não podem entrar na rua que moram.

Supervisora Escolar

4. Por que o ensino profissionalizante não acontece no ensino da EJA, em especial na Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Marques da Fonseca?

_ Olha a gente ver aí que fala nessa lei da OIT de 1948, e até hoje não se vê profissionalismo, principalmente no município de Santa Rita. Quando os alunos querem se profissionalizar. Eles procuram mais uma escola que tenha o ensino profissionalizante, e que pagam para se profissionalizar. Principalmente no SENAC, no SENAI, onde oferece estes tipos de cursos profissionais. E hoje se fala no Projovem que diz que é um curso profissionalizante, mas eu não vejo nada disso de profissionalizante. E é considerado “EJA Projovem”.

Supervisora Escolar

_ Na minha visão está faltando o interesse do governante, do gestor da cidade, junto com a Secretaria de Educação em promover uma parceria com o SENAI, com o SENAC levando com esses alunos a cursar o ensino normal da EJA com a parceria destes órgãos, onde existe o ensino profissionalizante para preparar esses alunos para lançarem-se no mercado de trabalho.

Professora de Ciências

_ Porque agente precisa da parceria da Secretaria da Educação que se proponha a isso. Agente trabalha com as Diretrizes que a Secretaria da Educação manda para gente, então assim, nós individualmente como escola agente não pode tratar do EJA junto com o ensino profissional. A não ser que a Secretaria inserisse isso, dentro do currículo do EJA.

Diretora da Escola

_ Em minha opinião, não acontece porque tem muita falta de interesse tanto de diretores da escola, como da prefeitura, como dos vereadores em si em buscar melhorias para os alunos, para as escolas. Independente disso, eu creio que seja isso.

Estudante da 7ª Série da EJA – II Segmento

5. A junção entre o ensino técnico profissionalizante com o ensino da EJA trará uma maior participação de alunos, antes excluídos da própria sociedade para uma reintegração social com políticas públicas de emprego inovadoras na modalidade?

_ Eu acho o seguinte, tudo depende do sistema. Por isso, que hoje agente vê a EJA que muda só de nome. Era MOBREAL, era Educação de Jovens e Adultos, EJA

Projovem, sempre mudando. E porque não muda essa intenção da sociedade de melhorar o ensino aprendizagem.

Supervisora Escolar

_ Sim, realmente está precisando este tipo de formação para os alunos, por que hoje nas indústrias, e no comércio estão faltando profissionais qualificados para assumir essas determinadas profissões. E o comércio e as indústrias estão indo buscar fora do Brasil esses profissionais qualificados, por que os nossos jovens não estão sendo qualificados para assumir essas profissões. E ocorre ai o quê? Uma grande gama imensa de desempregados porque não tem qualificação para assumir a área profissional.

Professora de Ciências

_ Na minha concepção eu acho que mais gente voltaria a estudar, muito mais gente que deixou a muito tempo de estudar teria uma visão diferente, porque já sairia, aprenderia alguma coisa a mais, algum curso técnico. Então assim, se interessaria mais gente. E até pelos próprios professores mesmo, por ter mais alunos em sala de aula, porque geralmente no EJA a noite vem muita pouca gente. Muita gente se inscreve a metade desiste e não continua. Em minha opinião eu acho assim, melhoraria ainda mais e teria um ensino diversificado dependendo das pessoas que vêm mais na escola.

Estudante da 7ª Série da EJA – II Segmento

_ Com certeza, eu acredito que com essa parceria, como já disse anteriormente. A evasão, ela diminuiria consideravelmente, se houvesse essa parceria.

Diretora da Escola

Descobrimos nas entrevistas que a EJA vem sendo discriminada pela sociedade, empresas e comunidades, além de alguns próprios professores e alunos da modalidade de ensino, e que estes estão descrentes da ausência de políticas públicas inseridas pela EJA.

Além de uma preparação para o mercado de trabalho que inexistente na modalidade EJA. E como este ensino é inserido aos jovens e adultos. Já que o ensino EJA é muito executado como referência comparativa e idêntica ao ensino regular do ensino fundamental e do ensino médio nas escolas públicas. Um possível fator de uma de suas falhas como política pública no Brasil.

Há questões que merecem destaque como a formação do professor da EJA, ao currículo que é bastante acelerado, já que o ensino noturno possui uma carga horária muito reduzida se comparada ao turno diurno nas escolas.

A EJA apresenta-se uma modalidade totalmente fornecida aos excluídos da sociedade. E por tal não percebemos alunos de classe social elevada como os ricos estudando em tal ensino. Percepção esta dita pelo professor de História da EMEF Francisco Marques da Fonseca - Santa Rita - PB.

Então, outro fator importante é a criminalidade que está inserida no bairro de Várzea Nova que dificulta o aprendizado dos jovens e adultos. Muitos alunos, além de professores, diretores e funcionários da instituição que saem do horário normal devido aos assaltos e mortes próximas à escola, e que são constantes.

Há ainda alunos que são envolvidos com o tráfico de drogas que aterrorizam a escola. Quebrando, roubando e destruindo os equipamentos da escola. Devido a algumas ações que a direção determina como normas da instituição para evitar transtornos de segurança, tais como aluno adentrando com armas, pessoas desconhecidas no recinto escolar, etc.

Houve relatos da supervisora escolar afirmando que os alunos da EJA que querem fazer um ensino técnico vão para o SENAI ou SENAC em João Pessoa-PB para obter uma qualificação profissional. Ou então, pagam para ter uma qualificação para o mercado de trabalho nas escolas privadas de ensino técnico. Há a ausência dos órgãos públicos do governo federal, estadual e municipal de unir o ensino da EJA ao ensino técnico profissionalizante. Outro item mencionado pela supervisora foi do próprio sistema atual dos governos em não querer melhorar a educação de jovens e adultos.

Atualmente um dos problemas bastante relevante no país é a falta de mão qualificada para assumir os postos de trabalho na maioria das empresas.

Elaborada em 1994, a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos, foi fundamental para que todos os países globalizados do mundo transformassem suas propostas educativas e suas ofertas de qualificação profissional de acordo com o respectivo nível de desenvolvimento, de necessidade ou de pressão social, tudo isso, diante das transformações produtivas e socioeconômicas. Momento considerado êxtase de acordo com Prestes e Vêras (2009) *apud* de Carnoy:

em que o novo modelo de gestão, acompanhando de mudanças da organização do trabalho e o declínio da sindicalização e das negociações coletivas, passaram a ser

respaldado pela evolução dos sistemas educativos, embasados nas exigências das competências profissionais e sociocomunicativas.

A EJA apresenta-se uma modalidade totalmente fornecida aos excluídos da sociedade. E por tal não percebemos alunos de classe social elevada, isto é, os ricos estudando em tal estabelecimento de ensino. Percepção esta dita pelo professor de História da EMEF Francisco Marques da Fonseca.

Então, outro fator importante é a criminalidade que está inserida no bairro de Várzea Nova que dificulta o aprendizado dos jovens e adultos.

No segundo momento, buscamos avaliar como essa problemática das políticas públicas e da inclusão social acontece na esfera do aluno, na esfera do professor e na esfera da direção com depoimentos de forma individual na perspectiva da escola da EJA. Apresentados esses pontos de vistas distintos para que possamos identificar a causa de tantos problemas na modalidade da EJA na escola. Segundo as entrevistas da direção, constatamos o seguinte:

ENTREVISTA SEMIDIRIGIDA ESPECÍFICA - I (Direção da EJA)

1. Quando começou as turmas de EJA a estudar na escola?

_ Na minha gestão iniciei em julho na EJA, eu já cheguei ao colégio quase no término do 1º semestre do EJA. E assim, não tenho muito o quê falar. A minha experiência é a questão da evasão mesmo. A problemática que a gente ver e que agente percebe que é uma situação difícil quanto para o professor, quanto para o aluno e agente tem que criar estratégias para ver se ameniza essa evasão. Se não terminar com ela, mas pelo menos amenizar essa situação.

Diretora da Escola

2. Quando a gestão começou a atuar como gestor da EJA?

_ Bom agora, nesse início de ano como falei anteriormente, aliás, no meio do ano. A experiência é pouca, tudo para mim é novidade. E assim, vejo como uma problemática esse número reduzido de alunos que se matriculam e depois desaparece. E agente não sabe, por que ou o quê tem acontecido. Agente até sabe alguns pontos, mas agente precisa sentar todo corpo da escola. Enfim, para ver como agente pode resolver essa problemática que eu vejo como uns dos problemas do EJA, que é a evasão dos alunos.

Diretora da Escola

3. Conte um pouco dessa história (da EJA na escola estudada e da sua participação)?

_ Bom, a questão da participação é uma participação direta com o aluno e com professor, agente busca nessa questão que nós temos alunos que têm problemas envolvidos com o crime, muitos são trabalhadores, outros não trabalham, outros são usuários de drogas. Agente busca fazer nossa parte como gestor, assiduidade, estar aqui presente, reconhecer e ver a problemática de cada aluno, agente busca a história dele para ver se agente consegue entender para trazê-lo para escola. Mas para agente fica muito difícil. Então assim, a participação é direta com todo mundo e a gente tenta fazer o melhor.

Diretora da Escola

4. Como se estrutura o currículo e como funciona o programa da EJA?

_ O EJA aqui na escola funciona dois segmentos, onde se trabalha duas séries em um ano. O aluno se matricula numa série durante seis meses, as disciplinas na modalidade são aplicadas normalmente em todas as séries. Mas eles são avaliados durante seis meses e concluem uma série semestralmente. Eles se matriculam em dois anos que equivale ao ensino fundamental II, e em um ano eles fazem duas séries. A modalidade é essa. Eles trabalham durante um ano duas séries do fundamental.

Diretora da Escola

5. Como entra a qualificação profissional na EJA?

_ Todos os professores são qualificados em curso superior. Não tem um curso voltado para o professor na preparação para o EJA. Mas os professores são qualificados dentro de sua área. Mas não tem ainda um curso, uma reciclagem. Precisaria de professores que trabalham o EJA e devem ser preparados para trabalhar com o EJA, porque é uma modalidade diferenciada.

Diretora da Escola

6. Como são trabalhados os conteúdos de Qualificação Profissional na EJA?

_ Eu não vejo assim trabalhar conteúdos para a questão da profissionalização do aluno. Então, são trabalhados os conteúdos da disciplina, o que é para serem seguidos no currículo, os conteúdos para a aquela determinada série. Não há conteúdos, eu não percebo isso, trabalhar o aluno para a questão profissional.

Diretora da Escola

7. Como a gestão avalia a inserção da Qualificação Profissional no EJA?

_ Eu acho que seria bastante positivo. Eu acho que seria algo que quem trabalha com o EJA deveria lutar, para que isso aconteça, para amenizar uma série de questões de problemas que agente enfrenta hoje, que uma das mais graves, eu vejo que seria a evasão. Eu acho que está precisando de uma motivação para vim estudar o EJA, e talvez essa motivação seria a Qualificação Profissional.

Diretora da Escola

A direção escolar é um termômetro que hora ou outra é indicada pelos apadrinhados políticos que acabam por destruir a concepção de escola e óbvio a do ensino da EJA. Em que a própria direção não possui nenhuma experiência para lidar com as situações da modalidade da EJA como afirma a mesma direção no início da entrevista.

A crítica que analiso é a rapidez de como esses alunos concluem o ensino da EJA. Em que a duração do curso é reduzida de apenas 2 anos em vez de 4 anos que seria a modalidade estabelecida pelo ensino fundamental regular. Não comparo os dois ensinos, mas avalio a carga horária da noite. Salientando que a carga horária do aluno da noite é muito reduzida e limitada por parte dos conteúdos para um aprendizado de qualidade. Afirmando que apenas o esforço individual, ou seja, o aluno tem que ser autodidata para poder superar a crise educacional instalada nesta modalidade direcionada ao fracasso da forma que está sendo executada.

Questionada pela pesquisa sobre a formação dos professores, a direção afirma que os docentes são formados com o ensino superior completo em suas áreas respectivas, de certa forma são qualificados. Mas são deficientes na formação de um curso específico voltados para o preparo para lecionar a modalidade da EJA, e que não possui nas universidades de todo Brasil tais formações. E que os órgãos públicos que no caso a Prefeitura Municipal de Santa Rita não forma estes professores para a modalidade.

Os conteúdos são direcionados por área de cada formação do professor. E que os conteúdos ligados à formação profissional não existe praticamente na EJA. Enfim, os conteúdos ensinados são os mesmos do ensino fundamental só que de forma bem mais resumida.

A direção acredita ser positiva a inserção do ensino profissionalizante para a EJA. Afirma que seria uma das motivações para que a escola não tenha evasão escolar de alunos na sala de aula, além de prepará-los para o mercado de trabalho.

Conforme as entrevistas dos professores, analisamos o seguinte:

ENTREVISTA SEMIDIRIGIDA ESPECÍFICA - II (Professores da EJA)

1. Quais são os conteúdos trabalhados?

_ Os conteúdos trabalhados, agente tenta colocar do dia-a-dia do aluno, fazer coisas do dia-a-dia do aluno que tenha algum sentido para eles. São esses conteúdos que agente tenta trabalhar com os alunos.

Professor de Língua Inglesa

2. Como é o desempenho dos alunos?

_ Os alunos da EJA a noite são um pouco diferenciados, porque a maioria trabalha, então chegam na escola um pouco cansados. Portanto, isto de certa forma prejudica o desempenho deles. Por isso, os professores tem que ver esses alunos de uma forma diferenciada e tentar ver uma forma de melhor aprendizagem por parte deles.

Professor de Língua Inglesa

3. Quais são as expectativas dos alunos com a Qualificação Profissional no EJA?

_ Eu acho que todos os alunos esperam alguma coisa a mais do EJA. Seria muito bom se a EJA estivesse vinculada a educação de qualificação profissional, seria fundamental para os alunos era uma forma de incentivo para eles. Nós da escola não temos educação profissional voltado para os alunos da EJA. Faltam políticas públicas no sentido de ver que isso é fundamental, principalmente para os alunos do EJA.

Professor de Língua Inglesa

4. Como você (professor ou professora) avalia o programa da EJA e principalmente a Qualificação Profissional no EJA?

_ O programa do EJA é um pouco distante da realidade do aluno. Então, é preciso rever essa questão do programa da EJA e tentar qualificar nós professores, porque nós trabalhamos com público diferenciado. Então, se faz necessário numa melhor qualificação por parte de nós professores. Treinamentos, articulações para melhorar nosso desempenho em sala de aula.

Professor de Língua Inglesa

De acordo com os professores da escola os conteúdos são trabalhados de acordo com a realidade dos alunos com base no cotidiano de vida deles.

O desempenho é prejudicado por diversos fatores como a maioria trabalha no emprego informal, não tendo como descansar em casa, gerando baixo desempenho em sala de aula. O cansaço deles são os nossos maiores problemas, além da criminalidade no turno da noite.

A vinculação da educação de qualificação profissional é fundamental para o incentivo dos alunos, fator inquestionável por todos os professores na entrevista da pesquisa.

A formação, segundo os professores abordados na entrevista é um fator exigido por todos, em que criticam sobre ausência de políticas públicas necessárias para a formação dos docentes para a modalidade, por parte dos órgãos públicos que no caso é a Prefeitura Municipal de Santa Rita que é negligente neste sentido.

De acordo com as entrevistas dos alunos, avaliamos o seguinte:

ENTREVISTA SEMIDIRIGIDA ESPECÍFICA - III
(Alunos da EJA)

1. O que o motivou a voltar a estudar?

_ Para mim, eu sempre gostei de estudar. Parei eu creio por uma necessidade, e eu creio por um motivo de trabalho que se precisava ter terminado os estudos. E como eu não tinha concluído ainda estava muito difícil para arrumar algum trabalho ou alguma outra coisa.

Estudante da 7ª Série da EJA – II Segmento

2. O que espera quando concluir o curso da EJA?

_ Eu espero fazer Faculdade de Jornalismo. Que um sonho que tenho desde pequena e agora eu preciso realizá-lo.

Estudante da 7ª Série da EJA – II Segmento

3. O que está aprendendo no segmento de Qualificação Profissional na EJA?

_ Praticamente nada. Porque os diretores do colégio, eles não atribuem objetivos para os alunos veiam a se dar bem ou cursos, eles poderiam procurar mais investimentos para os alunos. Ambos, direção e alunos, os alunos não se propõem a reclamar seus direitos, porque se todos reclamassem seus direitos a própria direção seria obrigada a buscar tais objetivos para melhorar o ensino na escola.

Estudante da 7ª Série da EJA – II Segmento

4. Como você (estudante) avalia o curso da EJA?

_ Regular, por causa de que como eu já falei anteriormente a direção não se propõe muito interesse nos seus próprios alunos. Ao que eles não se encontram muitas vezes no colégio, não se encontram interessados, quando os próprios alunos nos procuram para resolver algo, eles não se encontram no colégio, por isso eu avalio regularmente.

Estudante da 7ª Série da EJA – II Segmento

5. Como você (estudante) avalia o uso dos conteúdos tratados na vida profissional?

_ Muito válido, porque qualquer serviço que você for fazer hoje em dia, agente vai precisar dos nossos estudos. Português, Matemática, Arte e qualquer outra disciplina. Qualquer setor que você for trabalhar tem que saber o conhecimento dos estudos. Os estudos são muito válidos, para qualquer trabalho que você for hoje em dia.

Estudante da 8ª Série da EJA – II Segmento

Os alunos da EJA voltam a estudar devido pela necessidade de conseguir um emprego melhor no mercado de trabalho. Outros por sonhar estudar numa universidade para melhorar de vida.

Não há um direcionamento, isto é, uma ligação entre o ensino da modalidade da EJA com o ensino profissionalizante indicado pelos alunos. Um fator crucial apontado por eles na escola como fator de melhoria do próprio ensino prestado na unidade escolar na perspectiva da socialização entre escola e trabalho.

Existe também a negligência e ausência da direção apontada pelos estudantes. Que reclamam de problemas na instituição como: ausência de merenda, reforma da escola, segurança nas imediações da unidade escolar, etc. E inclusive problemas por parte dos próprios alunos que não são solucionados, tais como: declaração, matrículas, e etc... Que não eram feitas por não ter um técnico administrativo na escola no expediente noturno.

Os conteúdos lecionados na escola são bastante elogiados pelos estudantes. Em que eles dignificam os estudos de maneira positiva. Positiva no sentido de que esses conteúdos vão servir muito em toda sua vida cotidiana e profissional na sociedade.

Ao perceber que a educação de qualificação profissional é prevista no Brasil apenas para a população no segmento do setor privado, onde destacamos um maior interesse pelo setor privado para a qualificação profissional das empresas. Ficando a educação pública um pouco inerte e esquecida neste segmento para a sociedade.

Segundo MANFREDI (2005, p.4):

Tendo como parâmetros o posto/função estabelecido a partir da inserção e posição no mercado formal de trabalho, a qualificação é privatizada, isto é, entendida como um bem conquistado de forma privada e constituída por um conjunto de conhecimentos técnico-científicos, destrezas, habilidades, um acúmulo de conhecimentos e experiências adquiridas ao longo de uma trajetória de vida escolar e de trabalho, encaradas numa ótica processual, individualizada, personalizada, sem nenhuma conotação ou condicionamento sociocultural.

A qualificação profissional é um ensino privatizado de forma que o indivíduo adquire conhecimentos e experiência ao longo da vida escolar e do trabalho. Onde a informação e o aprendizado sociocultural não são estabelecidos. Isso implica no modelo capitalista americano

em que aprendemos no ensino técnico apenas aquelas instruções ou métodos da profissão que somos ensinados a se qualificar, nada mais do que isso. Se a função for lacrar uma caixa de brinquedos está será minha função no emprego ao fim da aposentadoria.

A tecnologia e o ensino profissionalizante são primordiais para um ensino de qualidade que assegurem a cidadania para o ensino da EJA. Que são indivíduos que trabalham durante o dia inteiro, e durante a noite estudam para concluir seus estudos, e estão fora da faixa etária. Não só apenas para a EJA, mas para todo o ensino de qualquer modalidade no Brasil. Conforme MANFREDI (2005, p.19):

Enfim, uma visão totalizante de formação de trabalhadores (as) que os (as) reconheça como sujeitos humanos e socioculturais. Como agentes de história, valores, cultura e da política. Uma educação intencionalmente orientada para a formação de *sujeitos sociais* participantes do exercício e usufruto do trabalho, da geração e uso dos conhecimentos, na construção e no exercício de governo compartilhado. Não se trata de reconstruir uma visão desfocada e distante de uma preparação técnica, em descompasso com o avanço da tecnologia moderna. Mas de incluir a tecnologia como uma instância que faz parte da cultura de uma sociedade, da ciência humana e tem repercussões nas relações sociais. Daí a importância de se desvelar e apreender os conhecimentos técnico-científicos que lhe servem de base, seu poder e limites, o papel sócio e ético-político que a tecnologia possui na atualidade e para a projeção do futuro.

O ensino das novas tecnologias acrescentado pelo ensino técnico profissionalizante formarão sujeitos sociais indispensáveis para esta nova era da globalização. E que se tais alunos não tiverem essa formação, o estado social delas serão catastrófico aos dias vindouros. O mundo cada vez mais buscando pessoas qualificadas e empregos que não são alcançados ou atingidos por esses alunos que por não possuírem esta qualificação ficarão desempregados no mundo trabalho e totalmente excluídos da sociedade moderna ou pós-moderna.

Os alunos da EJA no decorrer do ano letivo de 2013, percebemos que muitos são desempregados, não possuem carteira assinada. Devido a uma profissionalização que não ocorre inserida como política pública na própria política pública de EJA no país. Mas há uma imensa tendência do subemprego, ou seja, da informalidade que a maioria encontra para sobreviver.

Manfredi (2005) desenvolvido no Brasil, o processo de modernização técnico-organizacional e o novo modelo de organização e gestão, tendem a reforçar o caráter autoritário, excludente e desigual da sociedade. Opostas a ideologia de “democratização das

relações de trabalho” que, desde o início, esperam almejar as modificações introduzidas no discurso e nas práticas gerenciais.

Segundo MANFREDI (2005, p.2)

Trata-se, como se pode depreender, de uma noção de qualificação, baseada na ideia de capital humano, que nasce associada à defesa da modernização capitalista, através da industrialização e do estabelecimento do padrão fordista de organização e gestão do trabalho. Modelo que se tornou hegemônico no período Pós-Segunda Guerra Mundial.

Modelo este, considerado hegemônico que através do capitalismo, desde então, não admite outra possibilidade da sociedade de se organizar e gerenciar a educação e o trabalho na formação de uma participação conjunta e igualitária como pregam os marxistas. Mas a visão que tenho e percebo é que a ganância e a corrupção em todos os setores da sociedade capitalista são os males desse “caráter autoritário, excludente e desigual da sociedade”.

De acordo com MANFREDI (2005, p.19):

Significa ampliar o campo de visão das políticas de qualificação e educação profissional direcionando-as, de um lado, para outro projeto de desenvolvimento socioeconômico, para a construção de relações democráticas de trabalho e, de outro, para uma maior organicidade com outras ações, iniciativas políticas de intervenção no campo da educação escolar e da cultura, de modo a enraizar os princípios universais de igualdade de direitos, justiça social, solidariedade, ética e de cidadania ativa.

Diferente do Brasil, “a institucionalização da lógica das competências”, nos países centrais as empresas é que se colocam como desafios aos trabalhadores, consequências de novos processos de negociação em relação à administração da força de trabalho. Esse processo no Brasil é liderado pelo Estado que direciona a modificação do currículo escolar, dos processos pedagógicos, da gestão educacional e da formação profissional.

Segundo OLIVEIRA (2007, p. 1) diz que:

Em primeiro lugar, todas as políticas públicas, econômicas (macroeconômica, agrícola, industrial) e sociais (educação, saúde, previdência, habitação, assistência social), têm sempre importantes repercussões sobre a dinâmica do mercado de

trabalho. Algumas delas, entretanto, orientam-se mais diretamente para tal fim: é onde se situam as políticas de emprego propriamente ditas. Estas, por sua vez, tanto podem ser concebidas em sintonia com as políticas econômicas (sobretudo, quando estas se encontram orientadas para a busca do pleno emprego) e integradas às políticas sociais (principalmente quando estas alcançam um caráter mais amplo e abrangente), como podem ser enquadradas independentemente de ambas.

Portanto, o domínio de novas competências para as novas tecnologias, de novos saberes sobre o trabalho, de novas subjetividades, de novas dimensões requeridas por mudanças pontuais na produção deve ser entendido por uma educação profissional aliada as transformações de um mundo globalizado e mutável pela tecnologia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afinal, a Educação de Jovens e Adultos tem feito seu papel no Brasil, principalmente na EMEF “Francisco Marques da Fonseca” - Santa Rita - PB, de forma ainda pouco efetiva. Trazendo às vezes desalento a milhares de jovens e adultos que nela estudam na modalidade de ensino da EJA, que é ausente do ensino técnico profissional que se houvesse em todas as escolas da EJA no Brasil geraria uma perspectiva de alcançar independência social, interesse maior para os conhecimentos teóricos da leitura e escrita na escola, e no mercado de trabalho com empregos assalariados com dignidade para todos.

Desalento, pois não são formados e nem preparados para o mercado de trabalho, além de que, percebo a modalidade EJA apenas como mero amenizador de marketing educacional dos governos que priorizam a aprovação a todo o custo nas escolas para driblar os dados estatísticos de analfabetismo dos órgãos internacionais no mundo. Digo que seria uma criatividade da educação nos últimos tempos no Brasil. Qualidade versus quantidade, mas no nosso caso seria mesmo quantidade em detrimento da qualidade.

Analisando a todos os depoimentos de alunos, professores, supervisores e direção. Entendemos que o principal problema da EJA está na sua execução como modalidade de ensino. A inexistência de qualificação profissional são fatores vistos nas declarações como pontos que poderiam alavancar a modalidade, além de mais incentivos de políticas públicas para o ensino da EJA.

Portanto, as Políticas públicas, tais como: entrega de fardamentos, uma excelente merenda escolar, kits de jogos lúdicos de aprendizagem, cursos de informática, aulas de músicas, ginásio esportivos nas escolas com aulas de educação física no turno noturno, melhores salários aos professores, escolas reformadas, uma direção eleita pelos professores, além de uma equipe de técnicos administrativos e demais funcionários concursados pela instituição. São medidas urgentes e fundamentais para toda instituição de ensino escolar. O quê dirá da qualificação profissional na EJA? Que tem por finalidade preparar os alunos para o mercado de trabalho.

Enfim, acredito que, com base nestes pontos podemos rever a situação da EJA de uma outra forma. Segundo a qual a Conferência Mundial sobre Educação para Todos (EPT), realizada em 1990, em Jomtien, Tailândia e ratificada no Fórum Mundial de Educação, em Dakar, Senegal, no ano 2000. Onde oficializou a mais de vinte anos como um ideal educativo do direito de todos à educação de qualidade com princípios universais de igualdade de direitos, justiça social, solidariedade, ética e de cidadania ativa. Forma esta, verdadeiramente ativa e progressiva que todos nós esperamos alcançar no Brasil de ação e não num país de sonhos utópicos.

Enfim, a EJA é executada apenas como uma política pública paliativa dos governos de maquiar as verdadeiras situações de analfabetismo que são totalmente obscurecidos aos dados divulgados pela ONU ou UNESCO no mundo.

Dados negativos a respeito da evasão, ausência de ensino profissionalizante, desestímulos, investimentos maiores as políticas públicas da EJA que nossa entrevista constatou e revelou que são alarmantes na EMEF Francisco Marques da Fonseca, na cidade de Santa Rita, no estado da Paraíba. E que não são divulgados os verdadeiros fatos, da negligência da EJA e a educação profissional na escola por tais instituições mundiais que tanto incentivam a educação de jovens e adultos, principalmente a educação profissionalizante nas escolas do mundo inteiro.

REFERÊNCIAS

BRENNAND, Edna Gusmão de Góes; PRESTES, Emília Maria de Trindade; ROSSI, Silvio José; e (Organizadores). **Comunidades de Aprendizagem e Educação ao Longo da Vida**. João Pessoa-PB: Editora da UFPB, 2012.

CUNHA, Conceição Maria da. **Introdução – discutindo conceitos básicos**. In: SEED-MEC Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Políticas Inclusivas e Compensatórias na Educação Básica**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n124/a0235124.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2013.

CRUZ, Érica. et al. **A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: políticas e práticas**. 2012. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0326.html>>. Acesso em: 08 jun. 2013.

GENTIL, Viviane Kanitz. **EJA: Contexto Histórico e Desafios da Formação Docente**. Pesquisa e Práticas Educativas. Disponível em: <http://www.drearaguaina.com.br/educ_diversidade/fc_eja/Municipios/texto_para_leitura_desafios_da_eja.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2013.

GLAT, Rosana; FERREIRA, Júlio Romero. **Panorama Nacional da Educação Inclusiva no Brasil**. Relatório de consultoria técnica, Banco Mundial, Cnotinfor Portugal, 2003. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.cnotinfor.pt%2Finclusiva%2Fpdf%2FEducacao%20inclusiva%20Br%20pt.pdf&ei=d4xiU9G7JMWg8gGB04GwDA&usg=AFQjCNGlsGKunFS_oSQL1w3SJTNPgv8eOwg&bvm=bv.65788261,d.b2U>. Acesso em: 29 dez. 2013.

IRELAND, Timothy. **UNESCO - Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA. Contextualização dos Confintea's anteriores à Confintea VI**. Disponível em: <<https://bay172.mail.live.com/mail/InboxLight.aspx?n=1841793470&fid=1&cid=1337565e-04a6-6b53-8206-9fe034e91bed&fv=1#!/mail/ViewOfficePreview.aspx?messageid=e36ab304-acc5-11e2-b8bf-002264c2496c&folderid=00000000-0000-0000-0000-000000000001&attindex=7&cp=-1&attdepth=7&n=1458855947>>. Acesso em: 28 dez. 2013.

MANFREDI, S. M. **Qualificação e educação: reconstruindo nexos e inter-relações**. Construindo a Pedagogia do Trabalho, V.1. Brasília: MTE, SPPE, DEQ, 2005.

OLIVEIRA, Roberto Verás de. **A Formação Profissional Enquanto Política Pública de Emprego, Trabalho e Renda**. 2007. Disponível em: <<https://bay172.mail.live.com/mail/InboxLight.aspx?n=1841793470&fid=1&cid=1337565e-04a6-6b53-8206-9fe034e91bed&fv=1#!/mail/ViewOfficePreview.aspx?messageid=e36ab304-acc5-11e2-b8bf-002264c2496c&folderid=00000000-0000-0000-0000-000000000001&attindex=3&cp=-1&attdepth=3&n=833468152>>. Acesso em: 28 dez. 2013.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1973.

PILETTI, Claudino. **Filosofia da educação**. São Paulo: Ática, 1988.

POCHMANN, M. **Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?** Educação & Sociedade, Campinas - SP, v. 25, n. 87, p. 383-400, 2004.

PORCARO, Rosa Cristina. **A História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.** Disponível em: <www.dpe.ufv.br/nead/docs/ejaBrasil.doc>. Acesso em: 16 out. 2013.

PRESTES, Emília Maria da T. **Políticas educacionais para o trabalho em contextos populares.** 1998. Disponível em: <<https://bay172.mail.live.com/default.aspx?id=64855#!/mail/ViewOfficePreview.aspx?messageid=e36ab304-acc5-11e2-b8bf-002264c2496c&folderid=00000000-0000-0000-0000-000000000004&attindex=0&cp=-1&attdepth=0&n=1803932306>>. Acesso em: 28 dez. 2013.

_____. **A relação entre educação de jovens e adultos e as propostas de desenvolvimento na América Latina e Caribe: Comentários a partir da VI Confinte.** 2009. Disponível em: <<https://bay172.mail.live.com/mail/InboxLight.aspx?n=1841793470&fid=1&cid=1337565e-04a6-6b53-8206-9fe034e91bed&fv=1#!/mail/ViewOfficePreview.aspx?messageid=e36ab304-acc5-11e2-b8bf-002264c2496c&folderid=00000000-0000-0000-0000-000000000001&attindex=4&cp=-1&attdepth=4&n=1670440291>>. Acesso em: 28 dez. 2013.

Revista Brasileira de História da Educação. SBHE. In: BONAMINO, Alicia Maria Catalano de. **O público e o privado na educação brasileira.** Inovações e tendências a partir dos anos de 1980. Disponível em: <<http://201.147.150.252:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1065/RBHE5.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

SOARES, Leônicio José Gomes. **A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais.** Revista Presença Pedagógica, v.2, nº11, Dimensão, set/out 1996.

_____. **Formação de educadores de jovens e adultos.** Belo Horizonte: Autêntica/SECAD-MEC/UNESCO, 2006. Disponível em: <[http://www.cereja.org.br/site/_shared/Files/_cer_old/anx/formacao de educadores de jovens e adultos .pdf#page=18](http://www.cereja.org.br/site/_shared/Files/_cer_old/anx/formacao%20de%20educadores%20de%20jovens%20e%20adultos.pdf#page=18)>. Acesso em: 02 abr. 2013.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2013.

TASSIGNY, Monica Mota. **Educação e qualificação profissional no contexto da globalização.** IN revista Ibero-americana de educação, 2005. Disponível em: <<http://www.rioei.org/deloslectores/1048Mota.PDF>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

APÊNDICE - A
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIDIRIGIDA GERAL - I
(Direção, supervisores, professores e alunos da EJA)

1. Por que a EJA é tão discriminada pela sociedade como ensino ultrapassado e que não traz perspectiva de esperança para a formação intelectual e do mercado de trabalho?

_ Por que eu não sei, mas conheço e tenho conhecimento de várias pessoas dessa escola. Que estudo, foram arrumar trabalho, e então, perguntaram. E você, estuda o quê? Eu estudo o EJA. Aí, não aceitamos quem estuda na EJA não. A EJA é um ensino muito incompleto. Porque eu não sei, porque é desse jeito. O EJA não é aceitável em várias empresas e, quem terminou o EJA não é aceito no comércio, no trabalho.

Estudante da 8ª Série da EJA – II Segmento

_ Na verdade a questão do EJA, não é que ela seja ultrapassada na metodologia, a questão é a concepção de como ela é aplicada para o jovem. De que forma ela é aplicada? Qual o objetivo dessa aceleração para com o jovem? Se o jovem tem um objetivo de acelerar para ingressar no mercado de trabalho, não é só o ensino normal que é esse que vai inserir no mercado de trabalho, mas sim, o EJA mais o ensino técnico que encaminhe para o mercado de trabalho já específico. Deixar ele só no ensino do EJA não vai resolver o problema, como é que ele vai se inserir no mercado de trabalho se ele não tem a qualificação necessária para o mercado de trabalho.

Professor de História

_ Então, eu acredito que primeiro falta políticas públicas voltadas para o EJA. Discriminado é, porque são alunos fora da faixa etária, eles já estão fora da faixa etária. Eles já vêm discriminados, porque já há uma discriminação nesse sentido, porque eles já estão fora da faixa etária. A população, a comunidade, não valoriza o ensino EJA. Tem que sair do tradicional, se não existe política pública para esse povo, mas que os próprios docentes, a própria gestão da escola junto, todo mundo junto, criar estratégias, criar meios, para que o EJA pelo menos naquela escola, ela venha funcionar de alguma forma. Porque a gente pode, eu acredito que nós (professores e educadores). Eu acredito que a gente pode criar políticas próprias da escola, para ver se atrai esses alunos para escola. E porque não unir o EJA ao ensino profissionalizante. Eu acho que seria uma das alternativas, por que atrairia o jovem. Por que ele fica na expectativa mental que o ensino acelerado, resumido, já está discriminado diante da sociedade, porque ele não está inserindo no mercado de trabalho, porque não tem estudo. Então, eles chegam numa sala de aula, não têm motivação, por conta das políticas públicas que não, aliás, não existem políticas públicas.

Diretora da Escola

_ Primeiramente a EJA hoje é conhecida como uma modalidade dentro do ensino regular. E também a falta de políticas públicas para que se tenha essa perspectiva de se melhorar o ensino da EJA que até hoje não se ver.

Supervisora Escolar

2. Há alguma política pública para a inclusão social dos estudantes da EJA na Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Marques da Fonseca?

_ Não, porque não oferece nada de bom para gente, é para ter oferecido cursos: aula de música, aula de computação, o que fosse para melhorar o ensino da EJA.

Estudante da 8ª Série da EJA – II Segmento

_ Não, porque não existe nenhuma política pública que venha inserir neste EJA. Eu não sei o que está faltando. Mas assim, lutar em relação ao aluno, os conteúdos são resumidos demais, na verdade ele já é resumido em seis meses, pela ausência dos alunos ele continua reduzido menor ainda. E que tipo de aprendizagem tem esses alunos? É um nível baixo de aprendizagem. Já que o EJA é um ensino acelerado, e se torna muito resumido no sentido de conteúdo, não existe essa política pública de inserir, trazer esses alunos para escola, e que se interesse em estudar.

Professora Polivalente (Readaptada na função de supervisão)

_ Bom, se existe ainda não vi. E se tem só no papel, porque até hoje não chegou na nossa escola.

Supervisora Escolar

3. A violência e a insegurança por assaltos na comunidade fazem da EJA reféns da criminalidade quanto ao uso de drogas na escola e na comunidade?

_ Não, não é só no EJA não, acho que é em todo e qualquer horário, em qualquer momento da escola. As criminalidades, o uso da droga, estão inseridas, porque elas estão inseridas na sociedade. E a escola faz parte da sociedade. É difícil você combater, aí é que a gente vai voltar novamente. Se você não tem toda uma política social que acabe realmente com a desigualdade social, não se invista na segurança, na educação e na saúde. Você não vai resolver o problema da sociedade. Os estudantes vão sempre se afastar ou se isolar da escola. Porque isso daí, você vai perceber que é mais a influência das drogas, da violência parece que tem mais na classe pobre. Não na classe rica, porque o rico não precisa do EJA, ele cursa o todo seu curso normal. Os filhos da classe média e da classe alta, mas quem é da classe pobre, ele fica a mercê do estado, ou seja, das políticas públicas que o Estado vai fornecer ou não, para a educação, segurança e saúde.

Professor de História

_ Eu acho que tem um pouco disso sim. Porque dentro do próprio EJA nós temos alunos envolvidos com a criminalidade. E o EJA, não vejo-o como refém, mas vejo o EJA como escape para esses jovens que estão envolvidos com drogas, com a criminalidade, e que a gente poderia dentro do EJA se criar políticas públicas, o governo criar políticas públicas para tirar esses jovens que a gente sabe que usa drogas, e que agente sabe que estão envolvidos com elas. É o caso de um aluno da 7ª série, mas que ele se envolveu com a criminalidade e o mundo das drogas, e que hoje está no CEA. Então, o EJA pode ser uma válvula de escape para esses jovens se criassem políticas voltadas aos jovens. Porque eles procuram, eles vêm à escola. Mas muitas vezes não tem determinação, e não acham o que estão procurando no EJA. Até eles vêm na escola, estão envolvidos com as drogas, mas aqui eles respeitam agente, eles assistem as aulas, eles não faltam com respeitam com os professores. E nunca vi isto aqui, enquanto estou na escola. E agente sabe quem é usuário de drogas, a agente sabe quem está envolvido com crimes, mas não fazem isso aqui, porque de certa forma estão buscando uma saída. Mas o EJA, eu percebo o ensino do EJA sem perspectiva, não tem perspectiva. Se criasse estratégias políticas públicas voltadas para esses jovens, eu acho que agente resgataria muitos jovens da criminalidade.

Diretora da Escola

_ Bom, não só eu como supervisora e a mais de 20 anos que eu trabalho na escola. É, agente escuta dos próprios alunos a preocupação de vim à escola por conta da violência que tem que pelo menos chegar até a um determinado horário, porque se não, não podem entrar na rua que moram.

Supervisora Escolar

4. Por que o ensino profissionalizante não acontece no ensino da EJA, em especial na Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Marques da Fonseca?

_ Olha a gente ver aí que fala nessa lei da OIT de 1948, e até hoje não se vê profissionalismo, principalmente no município de Santa Rita. Quando os alunos querem se profissionalizar. Eles procuram mais uma escola que tenha o ensino profissionalizante, e que pague para se profissionalizar. Principalmente no SENAC, no SENAI, onde oferece estes tipos de cursos profissionais. E hoje se fala no Projovem que diz que é um curso profissionalizante, mas eu não vejo nada disso de profissionalizante. E é considerado “EJA Projovem”.

Supervisora Escolar

_ Na minha visão está faltando o interesse do governante, do gestor da cidade, junto com a Secretaria de Educação em promover uma parceria com o SENAI, com o SENAC levando com esses alunos a cursar o ensino normal da EJA com a parceria destes órgãos, onde existe o ensino profissionalizante para preparar esses alunos para lançarem-se no mercado de trabalho.

Professora de Ciências

_ Porque agente precisa da parceria da Secretaria da Educação que se proponha a isso. Agente trabalha com as Diretrizes que a Secretaria da Educação manda para gente, então assim, nós individualmente como escola agente não pode tratar do EJA junto com o ensino profissional. A não ser que a Secretaria inserisse isso, dentro do currículo do EJA.

Diretora da Escola

Em minha opinião, não acontece porque tem muita falta de interesse tanto de diretores da escola, como da prefeitura, como dos vereadores em si em buscar melhorias para os alunos, para as escolas. Independente disso, eu creio que seja isso.

Estudante da 7ª Série da EJA – II Segmento

5. A junção entre o ensino técnico profissionalizante com o ensino da EJA trará uma maior participação de alunos, antes excluídos da própria sociedade para uma reintegração social com políticas públicas de emprego inovadoras na modalidade?

_ Eu acho o seguinte, tudo depende do sistema. Por isso, que hoje agente vê a EJA que muda só de nome. Era MOBREAL, era Educação de Jovens e Adultos, EJA Projovem, sempre mudando. E porque não muda essa intenção da sociedade de melhorar o ensino aprendizagem.

Supervisora Escolar

_ Sim, realmente está precisando este tipo de formação para os alunos, por que hoje nas indústrias, e no comércio estão faltando profissionais qualificados para assumir essas determinadas profissões. E o comércio e as indústrias estão indo buscar fora do Brasil esses profissionais qualificados, por que o nossos jovens não estão sendo qualificados para assumir essas profissões. E ocorre aí o quê? Uma grande gama imensa de desempregados porque não tem qualificação para assumir a área profissional.

Professora de Ciências

_ Na minha concepção eu acho que mais gente voltaria a estudar, muito mais gente que deixou a muito tempo de estudar teria uma visão diferente, porque já sairia, aprenderia alguma coisa a mais, algum curso técnico. Então assim, se interessaria mais gente. E até pelos próprios professores mesmo, por ter mais alunos em sala de aula, porque geralmente no EJA a noite vem muita pouca gente. Muita gente se inscreve a metade desiste e não continua. Em minha opinião eu acho assim, melhoraria ainda mais e teria um ensino diversificado dependendo das pessoas que vêm mais na escola.

Estudante da 7ª Série da EJA – II Segmento

_ Com certeza, eu acredito que com essa parceria, como já disse anteriormente. A evasão, ela diminuiria consideravelmente, se houvesse essa parceria.

Diretora da Escola

APÊNDICE - B
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIDIRIGIDA ESPECÍFICA - I
(Direção da EJA)

1. Quando começou as turmas de EJA a estudar na escola?

_ Na minha gestão iniciei em julho na EJA, eu já cheguei ao colégio quase no término do 1º semestre do EJA. E assim, não tenho muito o quê falar. A minha experiência é a questão da evasão mesmo. A problemática que a gente ver e que agente percebe que é uma situação difícil quanto para o professor, quanto para o aluno e agente tem que criar estratégias para ver se ameniza essa evasão. Se não terminar com ela, mas pelo menos amenizar essa situação.

Diretora da Escola

2. Quando a gestão começou a atuar como gestor da EJA?

_ Bom agora, nesse início de ano como falei anteriormente, aliás, no meio do ano. A experiência é pouca, tudo para mim é novidade. E assim, vejo como uma problemática esse número reduzido de alunos que se matriculam e depois desaparece. E agente não sabe, por que ou o quê tem acontecido. Agente até sabe alguns pontos, mas agente precisa sentar todo corpo da escola. Enfim, para ver como agente pode resolver essa problemática que eu vejo como uns dos problemas do EJA, que é a evasão dos alunos.

Diretora da Escola

3. Conte um pouco dessa história (da EJA na escola estudada e da sua participação)?

_ Bom, a questão da participação é uma participação direta com o aluno e com professor, agente busca nessa questão que nós temos alunos que têm problemas envolvidos com o crime, muitos são trabalhadores, outros não trabalham, outros são usuários de drogas. Agente busca fazer nossa parte como gestor, assiduidade, estar aqui presente, reconhecer e ver a problemática de cada aluno, agente busca a história dele para ver se agente consegue entender para trazê-lo para escola. Mas para agente fica muito difícil. Então assim, a participação é direta com todo mundo e a gente tenta fazer o melhor.

Diretora da Escola

4. Como se estrutura o currículo e como funciona o programa da EJA?

_ O EJA aqui na escola funciona dois segmentos, onde se trabalha duas séries em um ano. O aluno se matricula numa série durante seis meses, as disciplinas na modalidade são aplicadas normalmente em

todas as séries. Mas eles são avaliados durante seis meses e concluem uma série semestralmente. Eles se matriculam em dois anos que equivale ao ensino fundamental II, e em um ano eles fazem duas séries. A modalidade é essa. Eles trabalham durante um ano duas séries do fundamental.

Diretora da Escola

5. Como entra a qualificação profissional na EJA?

_ Todos os professores são qualificados em curso superior. Não tem um curso voltado para o professor na preparação para o EJA. Mas os professores são qualificados dentro de sua área. Mas não tem ainda um curso, uma reciclagem. Precisaria de professores que trabalham o EJA e devem ser preparados para trabalhar com o EJA, porque é uma modalidade diferenciada.

Diretora da Escola

6. Como são trabalhados os conteúdos de Qualificação Profissional na EJA?

_ Eu não vejo assim trabalhar conteúdos para a questão da profissionalização do aluno. Então, são trabalhados os conteúdos da disciplina, o que é para serem seguidos no currículo, os conteúdos para a aquela determinada série. Não há conteúdos, eu não percebo isso, trabalhar o aluno para a questão profissional.

Diretora da Escola

7. Como a gestão avalia a inserção da Qualificação Profissional no EJA?

_ Eu acho que seria bastante positivo. Eu acho que seria algo que quem trabalha com o EJA deveria lutar, para que isso aconteça, para amenizar uma série de questões de problemas que agente enfrenta hoje, que uma das mais graves, eu vejo que seria a evasão. Eu acho que está precisando de uma motivação para vim estudar o EJA, e talvez essa motivação seria a Qualificação Profissional.

Diretora da Escola

APÊNDICE - C
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIDIRIGIDA ESPECÍFICA - II
(Professores da EJA)

1. Quais são os conteúdos trabalhados?

_ Os conteúdos trabalhados, agente tenta colocar do dia-a-dia do aluno, fazer coisas do dia-a-dia do aluno que tenha algum sentido para eles. São esses conteúdos que agente tenta trabalhar com os alunos.

Professor de Língua Inglesa

2. Como é o desempenho dos alunos?

_ Os alunos da EJA a noite são um pouco diferenciados, porque a maioria trabalha, então chegam na escola um pouco cansados. Portanto, isto de certa forma prejudica o desempenho deles. Por isso, os professores tem que ver esses alunos de uma forma diferenciada e tentar ver uma forma de melhor aprendizagem por parte deles.

Professor de Língua Inglesa

3. Quais são as expectativas dos alunos com a Qualificação Profissional no EJA?

_ Eu acho que todos os alunos esperam alguma coisa a mais do EJA. Seria muito bom se a EJA estivesse vinculada a educação de qualificação profissional, seria fundamental para os alunos era uma forma de incentivo para eles. Nós da escola não temos educação profissional voltado para os alunos da EJA. Faltam políticas públicas no sentido de ver que isso é fundamental, principalmente para os alunos do EJA.

Professor de Língua Inglesa

4. Como você (professor ou professora) avalia o programa da EJA e principalmente a Qualificação Profissional no EJA?

_ O programa do EJA é um pouco distante da realidade do aluno. Então, é preciso rever essa questão do programa da EJA e tentar qualificar nós professores, porque nós trabalhamos com público diferenciado. Então, se faz necessário numa melhor qualificação por parte de nós professores. Treinamentos, articulações para melhorar nosso desempenho em sala de aula.

Professor de Língua Inglesa

APÊNDICE - D
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIDIRIGIDA ESPECÍFICA - III
(Alunos da EJA)

1. O que o motivou a voltar a estudar?

_ Para mim, eu sempre gostei de estudar. Parei eu creio por uma necessidade, e eu creio por um motivo de trabalho que se precisava ter terminado os estudos. E como eu não tinha concluído ainda estava muito difícil para arrumar algum trabalho ou alguma outra coisa.

Estudante da 7ª Série da EJA – II Segmento

2. O que espera quando concluir o curso da EJA?

_ Eu espero fazer Faculdade de Jornalismo. Que um sonho que tenho desde pequena e agora eu preciso realizá-lo.

Estudante da 7ª Série da EJA – II Segmento

3. O que está aprendendo no segmento de Qualificação Profissional na EJA?

_ Praticamente nada. Porque os diretores do colégio, eles não atribuem objetivos para os alunos veiam a se dar bem ou cursos, eles poderiam procurar mais investimentos para os alunos. Ambos, direção e alunos, os alunos não se propõem a reclamar seus direitos, porque se todos reclamassem seus direitos a própria direção seria obrigada a buscar tais objetivos para melhorar o ensino na escola.

Estudante da 7ª Série da EJA – II Segmento

4. Como você (estudante) avalia o curso da EJA?

_ Regular, por causa de que como eu já falei anteriormente a direção não se propõe muito interesse nos seus próprios alunos. Ao que eles não se encontram muitas vezes no colégio, não se encontram interessados, quando os próprios alunos nos procuram para resolver algo, eles não se encontram no colégio, por isso eu avalio regularmente.

Estudante da 7ª Série da EJA – II Segmento

5. Como você (estudante) avalia o uso dos conteúdos tratados na vida profissional?

_ Muito válido, porque qualquer serviço que você for fazer hoje em dia, agente vai precisar dos nossos estudos. Português, Matemática, Arte e qualquer outra disciplina. Qualquer setor que você for trabalhar tem que saber o conhecimento dos estudos. Os estudos são muito válidos, para qualquer trabalho que você for hoje em dia.

Estudante da 8ª Série da EJA – II Segmento